

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Cav **JOÃO CARLOS DE ALMEIDA LIMA**

**OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA O CONTINENTE
EUROPEU A PARTIR DE 2010 E OS IMPACTOS
POLÍTICOS E ECONÔMICOS SOBRE A UNIÃO
EUROPEIA**



Rio de Janeiro
2022

Maj Cav **JOÃO CARLOS** DE ALMEIDA LIMA

**OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA O CONTINENTE EUROPEU
A PARTIR DE 2010 E OS IMPACTOS POLÍTICOS E
ECONÔMICOS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: TC Cav **ANDRÉ ROLIM DA SILVA**

Rio de Janeiro
2022

L732f Lima, João Carlos de Almeida

Os fluxos migratórios para o Continente Europeu a partir de 2010 e os impactos políticos e econômicos sobre a União Europeia./ João Carlos de Almeida Lima. —2022.

56 f.

Orientação: André Rolim da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 55-56

FLUXOS MIGRATÓRIOS 2. UNIÃO EUROPÉIA 3. IMPACTOS. 4. ESTADO-NAÇÃO I. Título.

CDD 304.8

Maj Cav JOÃO CARLOS DE ALMEIDA LIMA

OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA O CONTINENTE EUROPEU A PARTIR DE 2010 E OS IMPACTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 25 de outubro de 2022.

COMISSÃO AVALIADORA

TC ANDRE ROLIM DA SILVA - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

TC ERIC MONIOS - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Maj RENATO ROCHA DRUBSKY DE CAMPOS - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

RESUMO

O presente trabalho dedica-se ao estudo sobre o tema dos conflitos internacionais e deslocamentos populacionais. A partir disso, surgiu a seguinte inquietação: em que medida os fluxos migratórios ocorridos para o continente europeu a partir de 2015 geraram impactos nos campos político e econômico em relação à União Europeia e quais seriam os principais impactos verificados? O trabalho busca apresentar possíveis consequências desses impactos e em que medida eles fortalecem ou não o Estado-Nação. A metodologia está baseada em um trabalho de caráter indutivo. Para responder ao problema proposto, foi traçado o seguinte objetivo geral: apresentar as crises migratórias internacionais para o continente europeu a partir de 2015 e seus impactos político-econômicos sobre a União Europeia. Como resultados, pretende-se verificar os principais impactos nos mencionados campos do poder nacional para a União Europeia, identificando possíveis aspectos a fortalecer ou não o modelo do Estado-Nação. A União Europeia se constitui, atualmente, no modelo mais evoluído de integração em que a unidade econômico-financeira encontra-se muito desenvolvida na “Zona do Euro”, mas seus arranjos políticos ainda obedecem aos preceitos normativos dos Estados-Nação, possuindo força política moderada. Seu processo de ampliação é progressivo e acelerou-se ao final do século XX, em particular rumo ao leste do continente. Como conclusão, espera-se demonstrar que o Estado-Nação Vestfaliano em origem política, mas com viés contemporâneo no campo econômico, face aos desafios das diversas revoluções superadas, por apresentar-se como forma mais eloquente de resolver os problemas populacionais em virtude das idiossincrasias de cada país, gerando consequências para uma ordem mundial calcada na cooperação multilateral integrada dos blocos econômicos no pós-Guerra Fria.

Palavras-chave: fluxos migratórios; União Europeia, impactos, Estado-Nação

ABSTRACT

This present undergraduate paper is performed to study on the subject of international conflicts and population displacements. From this, the following concern arose: in what amount have the migratory flows that occurred to the European continent, since 2015, generated impacts in the political and economic issues of the European Union and what would be the main impacts verified? The study seeks to present possible consequences of those impacts and in what measure they strengthen or not the Nation-State. The methodology will be based on an inductive work. To answer the proposed problem, the following general objective was outlined: to present the international migration crisis to the European continent from 2015 onwards and their political-economic impacts in the European Union. As a result, it is intended to verify the main impacts in the mentioned issues of the “national power” for the European Union, identifying possible aspects to strengthen or not the Nation-State model. The European Union is currently the most evolved model of integration in which the economic-financial unit is highly developed in the “Euro Zone”, but its political arrangements still obey the normative precepts of the Nation-States, having political strength. moderate. Its expansion process is progressive and accelerated at the end of the 20th century, particularly towards the east of the continent. In conclusion, it is expected to demonstrate that the Westphalian Nation-State in political origin, but with a contemporary bias in the economic field, facing current challenges of the various revolutions overcome, by presenting itself as the most eloquent way of solving population problems due to idiosyncrasies of each country, generating consequences for a world order based on the integrated multilateral cooperation of economic blocs in the post-Cold War period.

Palabras-clave: migratory flows; European Union, Impacts, Nation State

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 PROBLEMA	9
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo geral	10
1.2.2 Objetivos específicos	10
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	11
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	11
2 METODOLOGIA	12
3 O ESTADO NAÇÃO E A NOVA ORDEM MUNDIAL PÓS GUERRA FRIA	13
3.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO NAÇÃO	13
3.1.1. O Feudalismo	13
3.1.2 Principais pensadores do Estado-Nação	20
3.1.3 A Guerra dos 30 anos e a Paz de Vestfália	22
3.2 A NOVA ORDEM MUNDIAL PÓS GUERRA FRIA	23
4 PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS E AS CRISES MUNDIAIS	29
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: FLUXOS MIGRATÓRIOS E CRISES HUMANITÁRIAS	29
4.2 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E AS CRISES NA EUROPA	31
5 CENÁRIO ATUAL	35
5.1 ASPECTOS POLÍTICOS DO CENÁRIO ATUAL	35
5.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DO CENÁRIO ATUAL	39
5.3 O CASO DO BREXIT	42
5.4 A PANDEMIA DA COVID-19 NA EUROPA	44
5.5 A GUERRA DA UCRÂNIA	46
6 CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho dedica-se ao estudo sobre o tema dos conflitos internacionais e deslocamentos populacionais. Busca-se trazer à luz os fluxos migratórios a partir de 2010, destacando impactos nos campos econômico e político do poder nacional. Pretende-se apresentar a Nova Ordem Mundial, ainda em construção, após a queda do Muro de Berlim, em 1989, e sua característica mais marcante, a globalização. Esse atributo da nova ordem trouxe novas acomodações de interesse ao cenário global, exigindo adaptações, em especial no campo econômico, para que os países pudessem fazer face ao momento de forte caráter capitalista.

O objetivo deste estudo é apresentar as mais relevantes crises migratórias ocorridas no cenário mundial e que trouxeram impactos ao continente europeu a partir de 2010. A partir disso, surgiu a seguinte inquietação: em que medida os fluxos migratórios ocorridos para o continente europeu a partir de 2010 geram impactos nos campos político e econômico em relação à União Europeia e quais seriam os principais impactos verificados? O trabalho busca apresentar possíveis consequências desses impactos e em que medida eles fortalecem ou não o Estado-Nação.

Desta forma, o presente estudo se dedicará a apresentar em seus capítulos as ideias que permitirão concatenar o raciocínio identificando conceitos e fatos relevantes para o atingimento dos objetivos propostos. Pretende-se verificar os principais impactos nos mencionados campos do poder nacional para a União Europeia, identificando possíveis aspectos a fortalecer ou não o modelo do Estado-Nação. A União Europeia se constitui, atualmente, no modelo mais evoluído de integração em que a unidade econômico-financeira encontra-se muito desenvolvida na “Zona do Euro”, mas seus arranjos políticos ainda obedecem aos preceitos normativos dos Estados-Nação, possuindo força política moderada. Seu processo de ampliação é progressivo e acelerou-se ao final do século XX, em particular rumo ao leste do continente.

Por fim, este estudo espera entregar um produto que permita explorar novos campos dentro da realidade das ciências políticas e das relações internacionais. As crises migratórias, suas correlações com o Estado-Nação e as integrações em blocos não se constituem em um assunto novo e tão pouco apresentam material

escasso a ser estudado, pois despertam o interesse de diversos estudiosos. Este trabalho pretende enriquecer o debate sobre o fortalecimento do Estado-Nação dentro de uma realidade que foi, ainda nos anos 1980, caracterizada como volátil, incerta, complexa e ambígua (*VUCA*).

Além disso, em que pese o Estado-Nação ter surgido após a Paz de Vestfália, seu viés ainda é contemporâneo. As idiossincrasias de cada país geram consequências para uma ordem mundial calcada na cooperação multilateral que por vezes baseia-se pela intermediação da integração dos blocos econômicos, característica marcante do mundo pós Guerra Fria. Particularmente no campo econômico, face aos desafios das diversas crises superadas ao longo da história, apresenta-se o Estado-Nação como estrutura política possível para resolver problemas no campo psicossocial, como no caso dos fluxos populacionais.

1.1 PROBLEMA

Sendo as crises internacionais uma das grandes causadoras dos deslocamentos ao redor do mundo, de acordo com o Relatório de Tendências Globais de Deslocamentos Forçados, já citado, este trabalho dedica-se a apresentar como se encontra o continente europeu após as migrações com o enfoque a partir de 2015 até a atualidade por ser o momento em que a Nova Ordem Mundial estaria a se consolidar. Henry Kissinger, em seu livro *Ordem Mundial*, prega a “reconstrução do Sistema internacional como o desafio dos estadistas do nosso tempo” (KISSINGER, 2015, p. 253), além disso, reitera a necessidade de reavaliar o conceito de balança de poder. Ora, isso pode indicar que a Nova Ordem Mundial ainda está a se desenvolver.

Portanto, surge o problema a que se pretende responder: em que medida os fluxos migratórios ocorridos para o continente europeu a partir de 2015 geram impactos nos campos político e econômico em relação à União Europeia e quais seriam as possíveis consequências destes impactos para o bloco?

1.2 OBJETIVOS

Dentro do escopo dos Estudos de Defesa, os conflitos internacionais acabam provocando deslocamentos populacionais. Todavia, não são apenas os conflitos internacionais os causadores desses deslocamentos forçados das pessoas.

De acordo com um estudo recente da ONU (Organização das Nações Unidas), que por meio da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), elaborou o Relatório de Tendências Globais de Deslocamentos Forçados, publicado em 2019, cerca de 79,5 milhões de pessoas foram deslocadas forçosamente em razão de perseguições, conflitos, violência, violações dos direitos humanos ou eventos que alteraram gravemente a ordem pública. Isso mostra o quão séria é a temática das migrações para os Estados.

Nesse sentido, este trabalho abordará as crises migratórias internacionais na Europa e em que medida os impactos comprometem para a consolidação dos blocos de integração, o que pode fortalecer o Estado-Nação, enfraquecendo a integração mencionada.

1.2.1 Objetivo geral

Apresentar as crises migratórias internacionais para o continente europeu a partir de 2015 e seus impactos político-econômicos sobre a União Europeia.

1.2.2 Objetivos específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral apresentado foram formulados alguns objetivos específicos a alcançados que balizam o encadeamento lógico do raciocínio apresentado neste estudo e que serão elencados em seguida:

- Caracterizar o Estado-Nação e Identificar a Nova Ordem Mundial;
- Apresentar as crises internacionais migratórias para o continente Europeu a partir de 2015; e
- Apresentar o cenário atual do continente europeu quanto aos aspectos políticos e econômicos.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa estará limitada espacialmente pelo continente europeu, isto é, as crises internacionais que resultaram em imigrações para este continente ou deslocamentos internos de pessoas, desde que os deslocamentos internos sejam relevantes. Quanto ao período de abordagem, pretende-se considerar o ano de 2015 até os dias atuais, em especial até o conflito na Ucrânia que trouxe uma nova enxurrada de deslocados para o interior da Europa, sendo o deslocamento interno de maior relevância durante o período em estudo.

As principais bases teóricas foram os conceitos de Estado que basearam os Tratados de Vestfália, as constatações sobre a Ordem Mundial definidas no pós Guerra Fria, além de possíveis implicações para as Teorias Gerais do Estado, bem como as relações internacionais clássicas e contemporâneas.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A importância deste trabalho se sustenta no momento em que a sociedade internacional busca métodos para aperfeiçoar a governança e combater as crises que resultam em deslocamentos populacionais. Esta sociedade persegue um modelo que permita diminuir as razões que provocam a saída forçada das pessoas de um local em direção a outro, na maioria das vezes como repercussão de catástrofes naturais, conflitos armados, perseguições políticas, isto é, fluxos migratórios de caráter não voluntário.

A cooperação, característica marcante do nosso tempo, precisa ser mais bem compreendida e os esforços mais bem estruturados, gerando condições para que a comunidade internacional esteja engajada para reduzir os deslocamentos das pessoas e em caso de ocorrerem, que esteja o mais próximo possível de encontrar soluções para mitigar os danos aos diretamente afetados por essas migrações, quais sejam, as sociedades dos países acolhedores e, principalmente, os refugiados, deslocados e migrantes ilegais. Sendo o último tipo uma consequência das barreiras que enfrenta na tentativa de encontrar uma solução de vida melhor em outra região, isto posto que encara grandes dificuldades impostas pelo controle da migração regular, optando pela imigração ilegal e ficando à mercê de grupos

criminosos dedicados ao tráfico de seres humanos, à medida que contribui para o fortalecimento deste tipo de mercado negro.

2 METODOLOGIA

Foi empregada quanto aos objetivos propostos a pesquisa explicativa com a finalidade de verificar o atingimento dos objetivos. Quanto ao tipo de pesquisa, caracteriza-se como uma pesquisa básica, pois evoca conhecimentos para o avanço dos estudos sobre o tema sem uma aplicação prática prevista. Quanto ao procedimento de pesquisa, depreende-se que foi elaborado a partir de material já publicado sobre os assuntos mencionados, caracterizando-se, portanto, como uma revisão bibliográfica ou levantamento bibliográfico.

A fim de atingir todos os objetivos propostos, realizou-se uma revisão bibliográfica composta dos materiais existentes sobre os seguintes assuntos: fluxos migratórios, crises internacionais, nova ordem mundial, globalização, o Estado-Nação, formação e evolução da União Europeia, o conflito na Ucrânia, o Brexit, nacionalismo, *globalismo*, influências das novas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), dentre outros que apresentem contribuição ou relação como esses tópicos.

A pesquisa baseou-se em estudos de autores como, por exemplo, Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, Henry Kissinger, Maquiavel, Joseph Nye, Hugo Grocio, Immanuel Kant, Thomas Hobbes, Eric Hobsbaw, entre outros, além de inúmeros artigos que versam sobre o tema de relações internacionais, fluxos migratórios e as crises internacionais vivenciadas no período citado.

A partir dos conceitos estudados e expostos foi possível realizar um estudo essencialmente qualitativo, com ênfase na modalidade de pesquisa exploratória em que o pesquisador analisou os dados disponíveis para chegar, a partir de uma concepção geral, a uma ideia mais restrita para o cenário da Europa.

3 O ESTADO NAÇÃO E A NOVA ORDEM MUNDIAL PÓS GUERRA FRIA

3.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO NAÇÃO

As origens do Estado-Nação estão diretamente ligadas a duas características: um poder político central forte, exercido por um governante e um sentimento de nacionalidade, muitas vezes incorporado, culturalmente, pela doutrinação religiosa, que no caso europeu foi fomentada pelo cristianismo, associado ao resultado vitorioso em campanhas militares contra um invasor territorial.

Para entender a evolução política que permitiu o surgimento do Estado-Nação, faz-se necessário compreender as origens da organização político-social e econômica que existiam na Idade Média, predecessora da Idade Moderna, época em que surgiu o Estado-Nação. Sendo assim, é preciso que se apresente o Feudalismo.

3.1.1 O Feudalismo

3.1.1.1 A Origem do Feudalismo

O sistema feudal se originou pela fuga da população das cidades do império Romano em direção ao campo. Na condição de colonos, passariam a dispor de proteção dos proprietários de terra que organizavam sua própria defesa em relação às constantes invasões dos povos germânicos ao território romano. As invasões bárbaras e a ruralização levaram à diminuição dos fluxos de pessoas, dinheiro e mercadorias, provocando a autossuficiência dos feudos, o que tornou a vida possível ao redor das vilas, como herança da crise do escravismo romano (ARRUDA; PILETTI, 2010).

Uma das consequências imediatas desse processo foi o enfraquecimento dos Exércitos como força de proteção. Surgiram as forças privadas que incorporaram os costumes germânicos ao se organizar temporariamente e nas relações servis que existiam entre os comandantes e comandados (ARRUDA; PILETTI, 2010).

Sob a ótica social, verifica-se que o sistema feudal possuía a primazia da posse da terra e assim surgiam as relações entre os indivíduos. Um rei poderia ter um território e a partir dele distribuía a terra, um feudo, em busca de uma aliança,

principalmente, militar. Desse modo, o rei tornava-se suserano de um nobre aquinhado com um feudo, este, por sua vez, passava à condição de vassalo do rei. Todavia, este mesmo vassalo poderia ter outros suseranos, bem como dividir o feudo que recebeu em outros feudos menores, passando a ser suserano de outros nobres ou senhores feudais, todos vassalos seus.

A complexidade de relacionamentos era uma característica do sistema feudal que fez com que reis tivessem poderes pouco centralizados e que cada nobre ou senhor feudal impusesse sua maneira de governar. Dentro dos feudos, a massa de trabalho era composta pelos servos e vilões, integrantes de estamentos sociais diferentes, mas que cumpriam o mesmo papel social.

Dentro de seus domínios, os senhores feudais tinham autonomia total: aplicavam as leis, administravam a justiça, declaravam a guerra e faziam a paz. Grande parte das decisões políticas e jurídicas, portanto, cabia a eles. Essa era a principal característica do poder sob o feudalismo: sua enorme fragmentação (ARRUDA; PILETTI, 2010, p.115).

A diferença entre os servos e os vilões devia-se ao fato de que os servos estavam atrelados ao feudo em que residiam, isto é, presos à terra. De tal sorte que quando o feudo fosse passado a um novo vassalo, os servos passavam a ter um novo senhor feudal. Enquanto aos vilões, o trabalho era livre, ou seja, podiam laborar em uma terra e depois em outra, desde que outro senhor feudal aceitasse seus serviços.

A Europa enfrentou inúmeras invasões durante a Idade Média. Destaque para as ações dos povos magiares e dos Vikings que empreenderam tentativas de colonização na Europa ocidental e cessaram após o século X. O crescimento demográfico e as bem sucedidas técnicas de produção, como a introdução do arado de tração animal, permitiram o crescimento da população. Isso levou ao escasseamento das terras a serem divididas. Ressalta-se que em um feudo havia uma área de cultivo pertencente ao Senhor Feudal, o manso senhorial; uma parte conferida ao manso servil, destinada aos servos; e o manso comunal, em que exercícios militares, área de pastagens para criação dos animais de servos e vilões, coleta de frutos silvestres e extração de madeira ocorriam. Logo, esse cenário levou ao deslocamento populacional em busca de novas terras, fomentado pela Igreja e que resultou nas Cruzadas (ARRUDA; PILETTI, 2010).

A igreja detinha grande quantidade de terras na Europa e, por conseguinte, acumulou grande poder. O Clero era composto pelos nobres e dentro dele ainda havia uma separação entre o alto clero, oriundos da nobreza mais rica e, o baixo clero, em que os nobres menos favorecidos ofereciam ou se voluntariavam como recurso humano para compor a entidade sacerdotal. Uma vez que dependia da decisão dos nobres em integrar o corpo clerical, pois seus integrantes faziam voto de castidade, a continuidade somente era possível com a adesão de outros nobres à causa da igreja. Portanto, assim como as demais categorias sociais, o critério para fazer parte era o nascimento, pois um servo ou vilão não poderia se oferecer para integrar o clero, mantendo o poder da igreja em meio a certa aristocracia, o que permitia conciliar os interesses entre a igreja e a nobreza.

3.1.1.2 O Declínio do Feudalismo

No século XI, o crescimento agrícola e populacional trouxe outra consequência além da necessidade de mais terras. O comércio e o artesanato ganharam força e, associado a esses, estavam os nobres sem feudos, cruzados que voltavam do Oriente e artesãos, impulsionando a atividade urbana (ARRUDA; PILETTI, 2010). A expansão do comércio fez surgir novas cidades em torno de castelos e abadias, em que as feiras se organizavam e permitiam a realização da atividade comercial. Dessa forma, surgiram os burgos e assim a burguesia que escolheu essa forma de atividade econômica para prosperar.

Entretanto, comerciar era extremamente difícil. Os comerciantes eram obrigados a pagar tributos aos senhores feudais, os nobres, que detinham a propriedade das terras. Além disso, os mascates que levavam as mercadorias eram igualmente taxados em impostos ao percorrer os territórios, algumas vezes repartidos em unidades feudais diversas, exigindo grande habilidade negocial e dinheiro para arcar com os custos.

Foi também neste momento histórico que surgiram os bancos e as corporações de ofício. Os primeiros se dedicaram a permitir o maior volume de crédito disponível no mercado, isso era possível porque havia uma categoria de burgueses dedicada ao negócio financeiro, basicamente regulado pelas letras de câmbio que procuravam substituir as moedas cunhadas em ouro e prata, que enfrentavam difícil reposição. As corporações de ofício passaram a organizar e

proteger os trabalhadores, controlando salários, a oferta de produtos e os interesses dos associados em relação aos senhores feudais (ARRUDA; PILETTI, 2010).

O declínio do sistema feudal decorreu, primeiramente, de uma inversão das necessidades. Enquanto o comércio não era o objetivo principal dos feudos, sua produção destinava-se à subsistência. Ao passo que os senhores feudais perceberam que poderiam enriquecer com a produção que era mais farta com a evolução das técnicas agrícolas, a nobreza passou a disponibilizar parcela do que produzia para o comércio, o que fortalecia a burguesia, mas também trazia grandes dificuldades para essa classe, pois o lucro que lhes sobrava não era o desejado. Em paralelo, as condições de vida nas cidades novamente tornaram-se atrativas como eram antes do século X. Assim, as obrigações servis foram trocadas por relações financeiras, permitindo, inclusive, a libertação dos servos, o que representava a maior obrigação social que existia pelo fato de sua conexão à terra.

Ademais, outros dois fatores contribuíram para o fim deste modelo. A guerra e a epidemia da peste negra. A Europa, entre 1337-1453, foi assolada pela Guerra dos 100 anos, entre França e Inglaterra, registrando alta mortalidade. Aliada a esse momento conturbado, adveio a peste negra, entre 1348 e 1350, em meio à guerra, o que resultou em perda de praticamente um terço da população europeia, segundo historiadores, apenas em decorrência da doença. Assim sendo, os senhores feudais viram-se pressionados pela falta de mão de obra, aumentando a opressão sobre os camponeses, o que gerou rebeliões camponesas pelo continente, elevando a crise econômica que já existia (ARRUDA; PILETTI, 2010).

A crise econômica era agravada pela crise social. O avanço da economia monetária baseada no comércio e na produção artesanal em escala cada vez maior colocava em xeque as relações de servidão e de autossuficiência dos feudos. Por outro lado, as revoltas camponesas e as guerras abalavam a estrutura descentralizada do poder político sob o feudalismo (ARRUDA; PILETTI, 2010, p.136).

Como uma alternativa para resolver a crise política, a centralização do poder nas mãos do rei começou a ganhar força. Estabeleceu-se a separação do trabalho entre o campo e a cidade, o que deu novos contornos ao sistema vigente. Os centros urbanos começaram a crescer em virtude da aglomeração de comerciantes e artesãos que desafiavam as autoridades feudais ao se emancipar de seus

senhores, em que por tais ações eram protegidos por reis, fortalecendo o poder político na monarquia de acordo com (KOSHIBA; PEREIRA, 2003)

No viés econômico, o capitalismo mercantil dá seus primeiros passos. No componente social, a burguesia, uma classe de banqueiros, mercadores e comerciantes, teve reafirmada a sua relevância. Nesse cenário, surgiu a possibilidade da centralização política por meio das monarquias nacionais.

Dois fatos muito contribuíram para o surgimento das Monarquias Nacionais, o que seria o embrião do Estado-Nação. A primeira foi a campanha das Guerras de Reconquista, que remetem à expulsão dos árabes da península ibérica, iniciada ainda no século XI, porém praticamente resolvida pelos ibéricos no princípio do século XIII, originando o reino de Portugal e o futuro reino espanhol, todavia esse apenas no século XV. O segundo foi a Guerra dos 100 anos que gerou forte sentimento de nacionalidade, em particular aos franceses, vitoriosos após a expulsão dos ingleses de seu território, em 1453, ano que também marca o fim da idade Média, além da enorme mortandade que provocou a falta de mão de obra já mencionada.

3.1.2 O Renascimento e a Reforma Religiosa

O período conhecido como Renascimento Cultural inicia-se ainda na Idade Média, avançando sobre a idade Contemporânea. Muito pujante na península Itálica, renascentistas como Dante Alighiere, Francesco Petrarca e Giovanni Bocaccio destacam-se na literatura. Dante fez uma abordagem literária no dialeto falado em sua região, permitindo o acesso de um público maior às suas obras (ARRUDA; PILETTI, 2010).

A sociedade renascentista acreditava viver em uma época diferente do que foi a Idade Média. Associada a essa estavam o misticismo e o teocentrismo, todavia o Renascimento seria marcado pelo racionalismo e o individualismo. Ademais, em contraposição ao teocentrismo, esse movimento elevou o ser humano ao centro das atenções da elite cultural. Dessa forma, a prócere renascentista foi fortemente patrocinada pela burguesia, como no exemplo do mecenato da família de banqueiros dos *Médicis* no século XV, além do forte interesse pela produção de

retratos por parte dos ricos burgueses, buscando eternizar suas imagens (ARRUDA; PILETTI, 2010).

Além do mais, o Renascimento buscou influenciar na redução do poder da Igreja. A arte desse período retrata, em sua maioria, o ser humano e a natureza, mas os temas religiosos não foram abandonados, o que foi verificado na obra de Michelangelo Buonarroti ao pintar o teto da Capela Sistina, no Vaticano.

Destarte, foi neste cenário em que se discutia o racionalismo, o antropocentrismo e as relações comerciais que a igreja, mesmo sendo flexível em alguns assuntos, acabava por interferir, que surgiu a Reforma Religiosa. A burguesia incentivou movimentos que propunham uma nova perspectiva dentro da religião cristã, fazendo surgir doutrinas como o calvinismo, o luteranismo, o anglicanismo, dentre outros. Um detalhe interessante sobre o anglicanismo é que foi concebido na Inglaterra para atender também a um desejo do Rei Henrique VIII em contrair novo matrimônio, ato inaceitável pela igreja católica à época.

Em virtude dessa nova conjuntura social que modificava sua perspectiva de visão de mundo e do descortinar de novas opções para cultuar o divino, a sociedade da idade moderna fortalecia o paradigma de separação entre a sua realidade daquela vivida por seus antepassados na idade Média. A burguesia ganhava cada vez mais influência ao passo que procurava reduzir a da igreja.

Todavia, as crises europeias apresentaram momentos de mansidão para depois retornar com força, ou seja, a estabilidade oscilava muito. A sociedade enfrentava, dentre os problemas do século XIV em processo de superação, tais como as guerras, rebeliões, fome prolongada e epidemias, surgiu nova escalada populacional a se expandir mais velozmente do que os resultados provenientes das técnicas dos meios de produção agrícola. Com isso, as trocas comerciais privilegiaram as especiarias que vinham do Oriente, deslocando considerável quantidade de moedas para a Ásia, provocando sua falta na Europa, o que foi agravado pelo esgotamento das minas no continente europeu (ARRUDA; PILETTI, 2010).

3.1.3 As Grandes Navegações, o Mercantilismo e o Absolutismo Monárquico

As Grandes Navegações surgiram para resolver um grande problema que assolou a Europa. A ameaça árabe iniciada por volta do século VIII por meio do seu expansionismo em direção à Europa atingiu seu ápice com a conquista de Constantinopla em 1453. Esse fato reduziu as trocas comerciais com a Ásia, pois as vias terrestres estavam sob controle dos turcos-otomanos que passaram a cobrar tributos pelas mercadorias que por seus territórios transitavam.

Vale destacar que a Europa estava em terrível crise resultado da combinação de fatores. A começar por um ciclo de más colheitas que iniciaram em 1317; depois pela guerra dos 100 anos, entre 1337 a 1453 e da peste negra entre 1346 a 1352, acarretando em falta de mão de obra para os feudos. Além do mais, conviviam com relativo crescimento da população urbana que preferia as cidades em vez do campo, evitando a opressão senhorial, ou seja, um período de pouco mais de um século de óbices consideráveis para uma sociedade tão fragmentada.

A partir disso, aos comerciantes europeus restou uma tentativa marítima de contornar a África e chegar às Índias. Isso foi possível pelos novos estudos no período renascentista que combateram a teoria da terra plana, o desenvolvimento da cartografia e a evolução dos meios de construção naval, como o surgimento de um avançado sistema de velas móveis que dispensaria o uso de remos nas embarcações, ao que se chamou Caravelas, bem como o surgimento de instrumentos empregados na orientação pelo mar, como bússolas e astrolábios (ARRUDA; PILETTI, 2010).

Portanto, apenas 45 anos após a derrocada de Constantinopla, os europeus, por meio do pioneirismo português, estabeleceram uma nova rota para as Índias pelo modal marítimo. Deixavam de depender dos intermediários árabes e dos mercadores da península Itálica que durante vários séculos controlaram o comércio com as Índias (ARRUDA; PILETTI, 2010).

Destarte, as navegações permitiram o surgimento do Mercantilismo. Esse formato de pré-capitalismo foi necessário para permitir a inovação que a força motriz do capitalismo. No sistema feudal, o desenvolvimento do comércio era condenado, pois não permitia o aumento da produtividade em decorrência dos seus laços de servidão entre Senhores Feudais e servos ou vilões. Sem evolução, o abastecimento dos centros urbanos não ocorria a contento e por isso as importações das Índias surgiram como alternativa viável, o que trouxe a saída de moedas da Europa. Ora, o mercantilismo pregava o acúmulo de pedras preciosas como indicador de riqueza de

um país, o que fez a corrida das grandes navegações ter outro impulso do que apenas descobrir uma nova rota de mercado. Logo, era de extrema relevância descobrir locais em que fosse possível explorar jazidas de ouro e prata.

Nessa busca por colônias para exploração, Portugal foi pioneiro, seguido da Espanha e depois pela Inglaterra, Holanda e França. Esse cenário foi possível porque os reinados na Europa empreenderam uma organização baseada em monarcas absolutistas apoiados pela burguesia. O rei garantia que a nobreza não exploraria os burgueses e a coroa era patrocinada pela classe de comerciantes, banqueiros e das corporações de ofício (ARRUDA; PILETTI, 2010).

Nos séculos XVI e XVII, os reis de França e Inglaterra implementaram ações para fortalecer o status burguês em crescimento, fomentar as disputas entre outros reinados que despontavam como potências coloniais e as questões religiosas que oscilavam conforme a crença dos próprios reis. A França teve seu zênite absolutista em Luís XIV, o rei Sol, e a Inglaterra, bem mais cedo, assistiu a liderança de Elizabeth I, diretamente responsável pelo declínio da relevância espanhola ao final do século XVI.

3.1.4 Principais pensadores do Estado-Nação

Alguns pensadores passaram a discutir em seus ensaios a melhor maneira de organizar o que seria um Estado. Em “*O Leviatã*”, Thomas Hobbes, um filósofo inglês acreditava que o ser humano vivia um “estado de natureza” em que a liberdade e a vida das pessoas estava sob constante ameaça. Para ter segurança, seria necessário entregar o poder ao soberano ou grupo de pessoas que zelasse por esta questão primária de garantir a proteção coletiva.

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um só homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas, por pluralidade de votos, a uma só vontade (HOBBS, 1999, p. 143 e 144)

Em face disso, Hobbes propôs que a união das pessoas em uma só seria o Estado. Caberia a este representante empregar o poder e a força necessários para

manter a paz dentro do seu território e de enfrentar as ameaças dos inimigos estrangeiros.

Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum. Aquele que é portador dessa pessoa se chama soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos (HOBBS, 1999, p. 144).

O contraponto ao que afirmava Hobbes foi exposto por seu compatriota John Locke. Ele defendeu em seu “*2º Tratado sobre o Governo Civil*” que o “estado de natureza”, citado por Hobbes, não seria uma guerra de todos contra todos, mas uma questão de liberdade em que nenhuma forma de subordinação ou sujeição haveria entre os homens. Assim, estariam em situação igual em poder, fazendo-os dignos dos direitos naturais à liberdade, à vida, à igualdade e à propriedade privada, pois que esta última resultava do trabalho e, logo, natural (ESTUDANTE, 2017).

Outro importante pensador da teoria do Estado foi Nicolau Maquiavel. Em sua obra “*O Príncipe*”, definiu que os governos são domínios em que o poder concentra-se na mão de um rei, como nas monarquias, ou compartilhado por magistrados e conselhos, como nas repúblicas. Destaca-se que a palavra ‘domínio’ é sinônimo de Estado, indicando o domínio territorial e o monopólio do poder. A partir de então, a difusão do termo ‘Estado’ se impôs por meio de sua obra como nos apresenta (CASTRO, 2017). Além disso, pregava a separação do Estado e da Igreja. Na Idade Média, o príncipe cristão conduzia seus atos movidos pela moral religiosa, vigorando ações políticas subordinadas a essa doutrinação. Maquiavel subverteu a ordem do espiritual sobre o político, alçando a política acima da religião (CASTRO, 2017).

Esses pensadores contribuíram na composição das estruturas e fundamentos filosóficos que pontuaram os tratados de Paz após a Guerra dos 30 anos, permitindo a elaboração dos meios jurídicos necessários para a constituição do que seria o Estado-Nação da Idade Moderna.

3.1.5 A Guerra dos 30 anos e a Paz de Vestfália

A Guerra dos 30 anos foi consequência direta de um conflito religioso entre protestantes e católicos. Entretanto, a participação da França teve conotação política. Os franceses identificaram que o poder da dinastia dos Habsburgos, família que reinava no Sacro-Império, na Espanha e na Áustria, mesmo que professasse a religião católica, a mesma da França, representava uma ameaça política aos seus interesses, o que motivou enfraquecer a dinastia em questão.

Assim, a aliança de franceses aos suecos e holandeses, ainda que improvável, pelo critério religioso, uma vez que estes Estados eram protestantes, trouxe à luz o que se chamou de *raison d'État* (razão de Estado). Nesse aspecto, o líder religioso Armand Jean du Plessis, Cardeal de Richelieu, foi peça chave, uma vez que colocou os interesses nacionais acima da questão religiosa, evocando ao que pregou Maquiavel em 1532 (REIS, 2022).

Ao final da guerra, a Paz de Vestfália traria uma nova ordem mundial para a Idade Moderna. Em 1648, surgiram Estados independentes do Sacro-Império, como a Holanda e a Suíça, ademais o sacro-imperador não tinha mais o poder sobre os príncipes de seu território, provocando o seu enfraquecimento e da própria dinastia que foi alvo das conspirações francesas (REIS, 2022).

Outra consequência dos acordos de Paz foi o conceito de Estado Moderno como o conhecemos atualmente. Ele coaduna uma forma peculiar de organização política a outros elementos comuns, estabelecendo três componentes para a existência de um Estado: a autoridade, a soberania e a legitimidade. Os Estados seriam soberanos, atribuindo a cada um o direito de escolher a sua própria organização interna e sua orientação religiosa. Dessa forma, uma consequência importante deste processo foi o nascimento das Relações Internacionais, permitindo aos países a posse da liberdade para tomar decisões no âmbito doméstico e o acordo de paz entre os países (BRITO, 2021).

Para (KISSINGER, 2015) foi por meio da Paz de Vestfália que a Europa dominaria e imporia as características do mundo contemporâneo: várias unidades políticas, sendo nenhuma delas detentora de poder suficiente para derrotar as outras. Muitas aderiram à filosofias e práticas internas contraditórias, buscando regras neutras a fim de regular suas condutas e mitigar conflitos.

Outras consequências da Paz de Vestfália foram: a emergência dos Estados soberanos com exércitos nacionais e uma administração mais centralizada, e o nascimento de um sistema de equilíbrio nacional de poderes (balança

de poder), que estabeleceu a anti-hegemonia; o direito internacional; os compromissos multilaterais; a diplomacia permanente; e a promoção da economia de mercado (BRITO, 2021).

3.2 A NOVA ORDEM MUNDIAL PÓS-GUERRA FRIA

Primeiramente, há de se compreender que mesmo consolidada como está hoje, a expressão Ordem Mundial, em nenhuma ocasião, teve a abrangência a qual se propôs. “Jamais existiu uma ordem mundial que fosse verdadeiramente global” (KISSINGER, 2015, p. 13). Logo, há de se presumir que sempre haverá contestações quanto ao momento de sua definição, bem como os atores internacionais a possuir maior ou menor influência, ou ainda quais destes atores foram diretamente responsáveis por estabelecê-la.

Ao observar o conceito de nova ordem mundial estabelecido após a Paz de Vestfália, constata-se que centros de poder fora do continente europeu não fizeram parte daqueles acordos. Nesse período, a Rússia adotava um modelo diametralmente oposto ao status Vestfaliano, ou seja, concentração de poder nas mãos do soberano, uma religião dominante e um processo de expansão territorial pujante (KISSINGER, 2015). A China havia se fechado ao restante do globo desde 1436, autorizando apenas que o porto de Cantão realizasse as trocas com o Ocidente. O Japão passou por processo de isolamento muito parecido e fechou-se ao mundo exterior a partir de 1637 como nos indica (ARRUDA & PILETTI, 2010). A Índia e a África do Sul, por exemplo, nem sequer existiam como conhecidas hoje, pois eram colônias de metrópoles europeias. Esse cenário é igualmente válido para os EUA e o Brasil, países que vivenciavam processos coloniais distintos.

A ideia de ordem mundial foi aplicada à extensão geográfica conhecida pelos estadistas da época — um padrão repetido em outras regiões. Isso se dava, sobretudo, porque a tecnologia da época não encorajava ou mesmo permitia a operação de um único sistema global. Sem ter como interagir consistentemente e sem contar com um quadro de referência para medir o poder de uma região em relação ao das demais, cada região via a própria ordem como única e definia as demais como “bárbaras” (KISSINGER, 2015, p. 14)

Em face ao exposto, pode-se dizer que a Ordem Mundial é um conceito sustentado por uma região ou civilização. Dentro desse espaço geográfico ou dessa cultura serão definidos os arranjos a permitir que o poder seja distribuído e aplicável ao resto do mundo. Ainda, segundo (KISSINGER, 2015, p.14) “uma ordem internacional é a aplicação prática desses conceitos a uma parte substancial do globo — grande o bastante para afetar a balança global de poder.”

Após a segunda grande guerra, a Europa viveu um período em que, pela primeira vez, a Ordem Mundial estabelecida não partia da sua própria reestruturação. Mesmo com a necessidade de redistribuir territórios ocupados pela Alemanha Nazista, o espaço europeu foi reorganizado conforme os interesses dos países vitoriosos. Dentre eles, os Estados Unidos da América (EUA), a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a República da China (ainda não socialista), países que estiveram fora dos arranjos de poder após a paz de Vestfália.

Este momento histórico é importante para compreender o que viria depois e ao que o primeiro ministro inglês à época, Winston Churchill, chamou de “cortina de ferro”.

De Estetino, no [mar] Báltico, até Trieste, no [mar] Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dessa linha estão todas as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia; todas essas cidades famosas e as populações em torno delas estão no que devo chamar de esfera soviética, e todas estão sujeitas, de uma forma ou de outra, não somente à influência soviética, mas também a fortes, e em certos casos crescentes, medidas de controle emitidas de Moscou. (STARLLES, 2021).

Inicia-se, em 1946, o período chamado de Guerra Fria, ou seja, a bipolaridade entre dois dos vencedores da II Guerra Mundial (II GM), os EUA e a URSS. A Europa passa a ser tutelada pelas duas grandes forças exteriores, necessitando dos recursos provenientes do Plano Marshall, ofertado aos países que decidiram orbitar a esfera capitalista norte-americana; e o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), oferecendo suporte aos países que orbitassem a esfera socialista da URSS, tudo com o objetivo de reconstruir os países devastados pela guerra. Dessa forma, a Europa passou a depender economicamente das duas forças político-econômicas emergentes do grande conflito, tornando o continente europeu menos influente no cenário internacional.

Durante mil anos, os povos da Europa tinham partido do princípio de que quaisquer que fossem as flutuações no equilíbrio de poder, seus elementos constitutivos se encontravam na Europa. O mundo da Guerra Fria que começava a emergir buscava seus equilíbrios na conduta e nos armamentos de duas superpotências: os Estados Unidos do outro lado do Atlântico e a União Soviética nos limites geográficos da Europa. Os Estados Unidos haviam auxiliado a economia europeia a se reerguer com o programa de ajuda à Grécia e Turquia, de 1947, e com o Plano Marshall, de 1948. Em 1949, os Estados Unidos, pela primeira vez na história, propôs uma aliança em tempos de paz, por meio do Tratado do Atlântico Norte (KISSINGER, 2015, p. 67)

Em 1949, surgiram na Europa as primeiras barreiras físicas ao que antes era apenas ideológico. O bloco socialista começava a delimitar seu espaço vital. Em 1952, Berlim, a capital das duas Alemanhas, a Oriental (República Democrática Alemã) e a Ocidental (República Federal da Alemanha), foi dividida entre os aliados em quatro zonas. Mesmo estando dentro da parte comunista, naquele momento teve uma *buffer zone* estabelecida, buscando-se a separação dos comunistas em relação às demais zonas, de modo a evitar as fugas dos residentes no lado comunista para o capitalista.

Em agosto de 1961, ergueu-se o Muro de Berlim com a separação em definitivo entre as zonas. Destaca-se que em outubro de 1962, pouco mais de um ano da conclusão do muro, a Crise dos Mísseis ocorreu em Cuba, zona de influência dos soviéticos desde 1959. Assim, estes dois eventos foram de extrema relevância no período da Guerra Fria, pois vislumbrava-se o crepúsculo de uma guerra entre as duas potências.

Como um resultado quase que imediato das guerras, a Europa, por meio do Plano Schuman ou Declaração Schuman, em 1950, estabeleceu os primeiros alicerces para uma paz duradoura. Nele foram criadas as condições para o surgimento da Comunidade do Carvão e do Aço (CECA) que reunia França, República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo. O francês Robert Schuman concluiu “que a colocação em comum da produção de carvão e de aço iria tornar a guerra entre a França e Alemanha, países historicamente rivais, «não só impensável mas materialmente impossível»” (COMISSÃO EUROPEIA, DIREÇÃO-GERAL DA COMUNICAÇÃO, ano de publicação não divulgado). Este foi o primeiro passo para o nascimento da Comunidade Europeia.

A partir de então, os conflitos que ocorreram no mundo foram chamados de *proxy wars*, situação em que as duas potências influenciavam os contendores, mas sem se envolver decisivamente nos combates. Isso ocorreu uma única vez na Europa, entre 1946 e 1949, quando ingleses, norte-americanos e soviéticos mediram forças na Grécia para que ali imperasse um poder capitalista ou comunista. Naquele caso, o bloco capitalista saiu vencedor.

Outros eventos dessa ordem mundial bipolar ocorreram por todo o mundo. Foi o caso da Revolução Comunista Chinesa, 1949, a Guerra da Coreia, entre 1950 e

1953, talvez a mais significativa para todos os lados envolvidos. Vale destacar os conflitos anti-imperialistas que explodiram na África e que trouxeram, como um dos resultados, correntes migratórias para o continente europeu, pois os países africanos libertaram-se de seus vínculos coloniais em relação à Europa.

Houve, ainda, a separação da Índia em relação aos ingleses, em 1947, e os constantes choques no Oriente Médio. Esses últimos foram resultado de um abandono, às pressas, de ingleses e franceses de regiões por eles administradas, relegando, por exemplo, aos palestinos e judeus a solução de problemas criados pelo colonialismo europeu. Não obstante, aconteceram as divisões arbitrárias na região da Crescente Fértil, que passou a ter mais de uma nação, no caso, o Iraque, a partir de 1958, e o Irã, que já existia desde 1935, mas sob o controle inglês, separando sunitas em um lado e xiitas em outro, respectivamente.

Em 1989, caiu o muro de Berlim e com ele o bloco socialista liderado pela União Soviética. Mesma URSS que se esfacelou em dezembro de 1991, restando, como país herdeiro do que foi a potência soviética, a Federação Russa, porém com sérios problemas econômicos a resolver. Dessa forma, emergia uma nova ordem Mundial que veria uma realidade unipolar, mas que teria curta duração. Ressalta-se que a Guerra Fria foi marcadamente uma época de desenvolvimento tecnológico sem precedentes. A disputa pela hegemonia envolveu da corrida espacial ao surgimento de artefatos bélicos de alto poder destrutivo, como as bombas atômicas e as bombas de hidrogênio, ainda mais destrutivas. Associado a isso, evoluíram a robótica, as técnicas de produção, os meios de comunicação e os transportes. Ademais, o Japão aproveitou-se dos investimentos norte-americanos para sua evolução tecnológica, assumindo a terceira posição como maior economia global.

Enquanto isso, a gigante República Popular da China, ao final dos anos 1980, aguardava o seu momento no cenário econômico. A virada política ocorreu em 1971, ao substituir a República da China (Taiwan) no Conselho de Segurança da ONU. Em paralelo, desfrutava de um sistema implementado pelo Partido Comunista Chinês de pleno desenvolvimento econômico baseado em suas Zonas Econômicas Exclusivas, modelo muito semelhante ao dos Tigres Asiáticos, porém sem aderir ao sistema capitalista neles vigente.

O Poder norte-americano remanescente da Guerra Fria seria testado na Guerra do Kuwait, em 1991. Uma força militar esmagadora e com a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas restabeleceu a soberania do pequeno

país que estava sob o jugo de Saddam Hussein, a liderança iraquiana à época. Com o resultado alcançado em pouco tempo de combate sobre uma força árabe creditada substancialmente relevante no Oriente Médio à época, os EUA se consolidaram como potência militar temida e respeitada.

Todavia, a nova Ordem Mundial capitalista permitiu o surgimento de atores internacionais antes desprezados porque dispunham de pouco poder de influência. As organizações criminosas internacionais vocacionadas para o tráfico de armas ou de drogas se beneficiaram da nova realidade capitalista globalizada. Além desses, o terrorismo cresceu no Oriente Médio, movido pelo ódio ao modelo norte-americano de intromissão nos assuntos no campo psicossocial de nações em que a religião islâmica era maioria. Dessa forma, as estruturas da ordem internacional foram severamente abaladas, em particular após o sucesso obtido no atentado terrorista das Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, momento em que o poder norte-americano foi posto verdadeiramente à prova.

A expansão das redes extremistas é uma crescente ameaça à segurança e à estabilidade internacionais, onde é notório que a criminalidade se reveste de misturas perigosíssimas tais como o tráfico de droga, de armas e grupos radicais islâmicos que se buscam financiamentos para suas actividades (ALVES, 2010, p. 14).

Portanto, a nova ordem mundial é capitalista em essência econômica, mas com um modelo de condução política em adaptação, pois há uma solução chinesa que pode servir de modelo a outros Estados-nação. Essa ordem foi impactada pela globalização que gerou as condições para os fluxos de mercadorias, bens, pessoas e capitais, possível apenas pelo *boom* tecnológico nos meios de tecnologia da informação, comunicação e transportes, que forneceram as bases para a implementação de um sistema financeiro mundial.

Outro aspecto importante desta nova ordem internacional foi a Primavera Árabe, ao final de 2010, que insuflou movimentos com vieses democráticos no mundo árabe. Esses grupos buscavam aumentar a participação política ou mudar as lideranças de seus países, muitas vezes conduzidos por dinastias, como na Síria, ou ditadores como na Líbia, na Tunísia, no Egito e no Iêmen, além de melhores condições sociais.

Esses movimentos foram fatos geradores de instabilidades, como a Guerra na Síria, iniciada no primeiro semestre de 2011, além dos conflitos, envolvendo parte do

mundo islâmico e parte do ocidental para recuperar os territórios usurpados pelo auto-proclamado Califado do Estado Islâmico (ISIS), iniciados em meados da década de 2010. Destaca-se que após o último território sob controle do ISIS ser recuperado em 2019, o grupo terrorista ainda realiza suas ações em um grau menor de ativismo. Além disso, a *Al-Qaeda*, responsável pelas atrocidades em 2001, nos EUA, enfraquecida após a morte de seu líder Osama Bin Laden e em face a coalizão anti-terror liderada pelos estadunidenses, ainda encontra-se ativa e com uma filial consistente no norte da África, *Al-Qaeda no Magreb Islâmico*. Por sorte, as duas organizações, ISIS e *Al-Qaeda* não são parceiras, sendo a primeira uma ramificação mais radical da segunda.

Por tudo isso que foi apresentado e com as fronteiras entre os países mais permeáveis, a consequência primária dessa conturbada nova ordem mundial foi o fluxo migratório constante. No próximo capítulo serão tratados os principais fluxos migratórios e as crises que a Europa viveu a partir deles. Vale destacar que a União Europeia enfrentou, talvez, o maior desafio a sua perpetuação em um momento que gozava de estabilidade política e um avanço do bloco em direção ao leste europeu.

4 PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS E AS CRISES MUNDIAIS

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: FLUXOS MIGRATÓRIOS E CRISES HUMANITÁRIAS

Para compreender os fluxos migratórios torna-se necessário depreender que o fenômeno da migração deixou de ser um simples deslocamento de pessoas de uma região para outra. De acordo com (MONTILHA DA SILVA, 2021), a complexidade dos deslocamentos forçados de indivíduos atualmente, torna o campo das migrações cada vez mais transversal, em particular quanto à abordagem da globalização e o bem-estar social de povos e nações. Dessa maneira, entender este fenômeno permitirá não negligenciar os valores humanos tão em voga na atualidade.

De maneira muito simplória, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), de acordo com (LOPES, 2021), define as migrações como um movimento de indivíduos para longe do seu local de residência, sendo o deslocamento dentro de um Estado ou atravessando fronteiras, isto é, parece uma forma reducionista de se explicar um fenômeno que cada dia torna-se mais complexo. Destaca-se que, conforme (MONTILHA DA SILVA, 2021), cerca de 1% da população encontra-se deslocada, baseando-se em dados fornecidos pela UNHCR Global Trends, 2019. Isso ilustra o quão grandiosa é a temática de migrações, pois fala-se, em termos absolutos, de aproximadamente 76.700.000 pessoas.

No entanto, a migração sempre esteve presente na existência humana, sendo um dos aspectos mais marcantes. De acordo com (ELHAIJI, 2013) os agrupamentos e assentamentos humanos, ao longo do tempo, percorreram diferentes estruturas políticas organizadas em cidades, reinos, impérios até atingir a configuração atual da divisão em Estados-Nacionais. Observa-se que a marcha da humanidade é um resultado de uma incessante marcha migratória e que, na realidade contemporânea, é impactada pelo processo de globalização e fluxos transnacionais.

Neste sentido, pode-se afirmar que os fluxos migratórios definem uma necessidade da espécie humana pela incessante busca por melhores condições de sobrevivência. Segundo (ELHAIJI, 2013) a mobilidade humana ocorreu por aspectos religiosos, peregrinações e fuga de perseguições, por vezes, políticas; como resultado de adequação a uma nova organização de países e nações; arranjos econômicos, como as revoluções industriais, dentre outros. Neste sentido, alguns

desses fatores persistem fomentando, direta ou indiretamente, partes significativas dos deslocamentos pelo mundo. Entretanto, isoladamente, não são mais suficientes para compreender totalmente os problemas. Portanto, (ELHAIJI, 2013) considera que, no cenário atual, há um conjunto de fatos sociais, políticos, econômicos e subjetivos que estão conectados ao fenômeno migratório.

Além disso, outras motivações para os fluxos humanos foram destacadas em (LOPES, 2021), tais como a globalização e o progresso tecnológico, associado à crescentes transformações político-sociais. Eles teriam gerado o aumento da densidade migratória, tanto no nível internacional quanto no nível europeu. A autora ainda acrescenta que a eclosão e o agravamento de conflitos, que provocam a degradação das condições de vida, empobrecendo as populações, além das desigualdades econômicas e de desastres ambientais em decorrência de alterações climáticas, contribuem para uma busca por sobrevivência.

De igual maneira, (ELHAIJI, 2013) reforçou que a aceleração e o barateamento dos meios de transporte, as inovações tecnológicas, o avanço da globalização, dentre outras transformações contribuíram para o deslocamento voluntário ou forçado de centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo.

Em face ao exposto, a academia, os governos e formuladores de políticas públicas encontram dificuldades em separar as motivações dos fluxos e assim escolher a melhor maneira de tratar o fenômeno. A desigualdade e o conflito coexistem e, muitas vezes, difícil é dissociar o refugiado do migrante econômico, sendo as ações que provocam esses dois tipos de atores praticamente as mesmas, ou seja, em crises humanitárias contemporâneas, conforme (LOPES, 2021), é comum observar mais de uma esfera de instabilidade que contribua para o deslocamento de sociedades inteiras. As guerras civis geralmente são seguidas de instabilidades políticas, perseguições, discriminação, desequilíbrio econômico e até a escassez de alimentos.

Portanto, observa-se que não há um único fator gerador dos deslocamentos populacionais, mas uma combinação de fatores. Por vezes eclodem ao mesmo tempo, mas na maioria dos casos são somados e contribuem, cada um a seu modo, para agravar o cenário de instabilidade. Assim, pode-se afirmar, que o conjunto de eventos que provocam as migrações são resultados das “crises humanitárias”, segundo (LOPES, 2021) elas são originárias de conflitos armados, catástrofes naturais, perseguições a minorias étnicas ou religiosas, crises econômicas entre

outros. São fenômenos complexos que acabam por destruir estruturas políticas, sociais e econômicas nos locais em que ocorrem, fomentando a saída forçada dos grupos humanos.

4.2 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E AS CRISES NA EUROPA

No período entre 2010 a 2020, a Europa verificou dois grandes ciclos de ondas migratórias. O primeiro, ocorrido em 2011, foi consequência direta dos levantes da Primavera Árabe. Esses levantes representaram ondas revolucionárias e de protesto no Oriente Médio e norte da África, iniciando, no hemisfério norte, na primavera de 2010, isto é, dezembro daquele ano. Segundo (LOPES, 2021) o valor máximo registrado em perdas, em 2011, quando estavam acentuados os deslocamentos de pessoas sobre o Mediterrâneo, foi de, aproximadamente, mais de 1500 mortes durante a travessia. Um número exorbitante, sem contar os efeitos psicológicos tanto aos atravessadores quanto para a Comunidade Europeia que vivenciou um grande ciclo migratório durante a II Guerra Mundial.

Segundo (LOPES, 2021), a Europa sempre foi um continente com diversificação de fluxos, mas enfrentaria em 2014 a maior diáspora populacional registrada desde o final da Segunda Guerra Mundial, em que massas migratórias provenientes do Norte de África, do Oriente Médio e da Ásia revelaram-se um acontecimento dramático para a União Europeia que foi incapaz de fazer a gestão maciça de migrantes aos seus Estados-membros, ao que se chamou de “Crise Migratória”. No entanto, um questionamento pode ser proposto: por que um continente tão acostumado a receber migrantes, com algumas regiões formadas em boa parte por eles, onde as ondas migratórias do neocolonialismo trouxeram modificações em suas sociedades nos anos 1950 aos 1970 não soube gerir uma crise como a de 2014?

A primeira consideração que poderia contribuir para uma explicação razoável foi a quantidade de pessoas migrando praticamente ao mesmo tempo em um período curto de tempo e sendo absorvidos pelos mesmos espaços. Segundo (LOPES, 2021), em 2015, nos primeiros 9 meses do ano, cerca de 460 000 migrantes atingiram a Europa por meio do Mar Mediterrâneo, destes quase 40% eram sírios, pouco mais de 10% afegãos e 7% vieram da Eritreia. Essa onda populacional deslocou-se, basicamente, por 4 grandes rotas. A do Mediterrâneo

Central (Itália e Grécia), a dos Balcãs Ocidentais (Hungria), a de Gibraltar (Espanha) e a Mediterrânica Leste (Grécia) que recebeu grande afluxo de pessoas em 2015, tornando-se a principal rota.

Esse acúmulo de pessoas em tão curto espaço de tempo ocorreu principalmente como consequência direta do conflito civil sírio. Associou-se ao quadro degradante da crise as ações do grupo terrorista *jihadista* do Estado Islâmico, engrossando as hordas de imigrantes ou pessoas deslocadas a perambular entre países como Turquia, Síria, Líbano e Iraque.

Boa parte dos migrantes é originária de locais em que a religião dominante é o Islão, a mesma professada pelos terroristas que assolaram a Europa. Vale destacar que, a partir do ataque de 11 de setembro às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos da América (EUA), os países ocidentais europeus signatários da OTAN, boa parcela deles, passaram a combater diretamente, no Afeganistão e no Iraque, os grupos fundamentalistas, momento em que foram liderados em uma ofensiva anti-terror pelos norte-americanos. Combates indiretos e, essencialmente, ações de inteligência em cooperação com outros países, tais como o Sudão, a Eritreia, o Paquistão, a Turquia, a Síria, o Mali, entre outros, procuraram conter possíveis células terroristas espalhadas pelo Oriente Médio e pela África. Nisso, o componente terrorista, tão atuante no século XXI, serve para entender porque a crise migratória europeia é tão diferente de outros acontecimentos migratórios na história do continente, pois os europeus tiveram receio em receber em seus territórios pessoas com inclinações ou potencial para prática terrorista.

A contenção e o enfrentamento direto no Oriente Médio resultaram em uma sucessão de ataques extremistas em países europeus. Foram inúmeros eventos, tais como os ataques aos trens de Madrid, em 2004, ao metrô de Londres, em 2005, culminando com os ataques à França, como foi ao *Charlie Hebdo*, em janeiro de 2015, encerrando o ano com o terrível ataque ao *Bataclan*, em novembro. Detalhe que essas ações ocorreram em meio a enxurrada humana que atravessava as fronteiras da Europa, muitas vezes destinadas aos países de acolhimento como a França.

A União Europeia logo cedo percebeu que o terrorismo *jihadista* seria uma nova ameaça no século XXI. Por isso, estabeleceu a iniciativa *Frontex* (*Frontières Extérieures*), em 2004, com a finalidade de auxiliar os membros da UE e do espaço Schengen na proteção de fronteiras externas. (LOPES, 2021) afirma que a

motivação para a criação da Frontex ocorreu em um cenário de aumento de fluxos migratórios, de crescimento da preocupação do alargamento europeu de 2004, ou seja, a adesão de novos países ao bloco, e da atenção quanto à luta antiterrorista após os ataques do 11 de setembro. Portanto, diferentemente de qualquer outro momento histórico, a Europa acostumada a servir como local de atração populacional e, muitas vezes beneficiada por isso, implementou medidas de segurança a fim de mitigar os danos provocados por ações terroristas.

Todavia, cabe ressaltar que o terrorismo não é algo novo à Europa. O movimento ultranacionalista e separatista do Povo Basco, por meio do ETA (Pátria Basca e Liberdade), na Espanha, as práticas terroristas do IRA (Exército Republicano Irlandês), na Grã-Bretanha, são exemplos do terror do século XX. Houve ainda o incômodo episódio nas olimpíadas de Munique, na Alemanha, 1972, em que o Grupo Setembro Negro, braço da Organização para Libertação da Palestina (OLP) assassinou atletas israelenses no cenário do conflito israelo-palestino. Portanto, acostumados a enfrentar este tipo de ameaça, o que mudou em relação aos novos imigrantes?

O momento histórico da conjuntura mundial é outro. Boa parte do século XX foi vivida em uma Ordem Mundial polarizada entre as duas potências, EUA e URSS, ao menos até 1991. As narrativas que existiam eram originadas destas duas potências e os meios de comunicação não possuíam o alcance, a difusão e as capacidades que possuem nos dias de hoje.

Encerrada a Guerra Fria, surge um *boom* de integrações econômicas e, como apontado por diversos autores, o fluxo de informações, pessoas, bens e capitais tornou-se muito mais permeável, resultado direto da globalização. Destes fluxos, o de informações talvez seja o mais impactante porque permite explorar diversos campos que vão além da simples troca de conhecimento. Neste sentido, os problemas domésticos passam a ser problemas do conjunto, pois todos tomam parte do que está em pauta e qual a resposta dada pelos Estados na solução destas questões.

Com a globalização, tornou-se palpável a todas as sociedades do planeta as dificuldades e catástrofes enfrentadas pelo próximo, mesmo que inserido em uma realidade totalmente diferente da do observador; situações humanitárias, portanto, perderam a qualificação de “assunto doméstico” anterior, a ser combatida e de responsabilidade apenas do Estado responsável por suas fronteiras (Silva, 2021, p. 9)

As tragédias durante a fuga do norte da África, atravessando o Mediterrâneo, que aconteceram em 2011, foram vistas pela população europeia e mundial. Entretanto, as que ocorreram entre 2015 e 2016, auge da crise migratória, foram acompanhadas em uma escala muito maior de pessoas e rodaram o planeta, sensibilizando grande parte das sociedades, gerando mobilizações e atraindo sempre o viés humanista. Porém, a Europa viveu, naquele momento, o viés neorrealista, pois começou a se questionar a quantidade de possíveis terroristas infiltrados nas massas de imigrantes.

O viés neorrealista vivido na Europa decorreu, principalmente, do medo que o cidadão europeu desenvolveu do terrorismo fundamentalista que acontecia em suas cidades. Os grupos conservadores apegaram-se a esta bandeira, elevando o nacionalismo e em meio a ele, em certos casos, misturou-se o xenofobismo, ou seja, a antipatia ou aversão em relação aos imigrantes. O discurso alentava uma concepção de segurança nacional que suplantava o ideal humanista de cooperação mundial kantiano ou até da cooperação internacional por meio de sociedades organizadas propostas pelo modelo grociano.

Por tudo isso, a União Europeia viveu um período de acomodações nas relações internacionais. De forma concomitante, passou a enfrentar um desafio antagônico ao seu modelo de cooperação entre os Estados-membros. Desde 1992, após sua consolidação com o Tratado de Maastricht, a UE não era fonte de desconfiança em seu modelo colaborativo, pelo contrário, servia de exemplo para o mundo. Foi a partir de Maastricht que certas características de supranacionalidade foram inseridas para determinados assuntos, sendo o Tratado de Lisboa, em 2007, a detalhar a postura do bloco quanto aos fluxos migratórios. Foi então que vieram as crises de 2011 e 2015 para colocar os acordos à prova.

No próximo capítulo será explorado o resultado dessas crises nos campos político e econômico, bem como se apresenta o cenário atual da União Europeia em decorrência dos períodos de crises migratórias experimentados na década de 2010. Ademais, passados pouco mais de 25 anos do conflito nos Balcãs durante a guerra que desfragmentou a Iugoslávia, consolidando as pequenas repúblicas e etnias que as compunham nos anos 1990, o terror da guerra sacudiu outra vez o continente que parece não conhecer uma época de paz duradoura.

5 CENÁRIO ATUAL

A apresentação do cenário atual da UE foi dividida em cinco partes. Uma primeira no campo político, buscando identificar as mudanças produzidas e como isso afetou o bloco. A segunda parte se debruça sobre os aspectos econômicos que fortemente influenciam as dinâmicas do bloco, permitindo observar estes dois campos do poder nacional de forma mais detalhada. A terceira lança luz sobre o caso icônico do Brexit e como isso afetou as relações do bloco. A quarta e quinta parte que ainda estão se desenvolvendo, pois tratam-se da pandemia que sacudiu o mundo a partir de 2019 e uma guerra que aos olhos do Ocidente parecia pouco provável. Todas estas partes geram algum tipo de reflexo para a questão central dos fluxos migratórios.

5.1 ASPECTOS POLÍTICOS DO CENÁRIO ATUAL

Como foi observado anteriormente, o Tratado de Lisboa, de 2007, empreendia medidas coletivas a serem tomadas pelo bloco no sentido de cooperar para o tratamento das migrações dentro do Espaço Schengen, bem como dos migrantes extra bloco. Entretanto, ele não foi efetivo para lidar com a crise de 2011, bem como também não foi efetivo durante a crise migratória de 2015.

Uma das primeiras organizações a trazer dificuldades ao modelo de cooperação da UE foi a organização do “*Grupo Quadro*”, em 2008 (BUONANNO, 2017, p. 104) formado por Itália, Chipre, Malta e Grécia. Estes países de chegada, isto é, os primeiros Estados a tratar da questão migratória exerciam pressão frequente sobre o Parlamento Europeu. Como se observa em (LOPES, 2021) eles buscavam maior enfoque a temas como a solidariedade e o *burden-sharing*, sendo que o Tratado de Lisboa o definiu como uma realocação da responsabilidade pelo acolhimento e proteção de refugiados na UE. A intenção dos países do “*Grupo Quadro*” foi aliviar a pressão que havia em circunstância do enorme ingresso de refugiados por suas fronteiras, tentando sensibilizar o Parlamento Europeu da necessidade em distribuí-los aos países de acolhimento pela Europa, em especial quanto ao pedido de asilo, pois este, por norma, era responsabilidade do país de chegada.

Em 2011, durante a primeira crise populacional, grande contingente de tunisianos atravessou o Mediterrâneo em direção à Itália. Por sua vez, em vez de cumprir o que determina o regulamento de Dublin II, em que o país de chegada é o encarregado de processar os pedidos de asilo, simplesmente distribuiu licenças temporárias aos migrantes para que fossem em direção ao território francês. Tal fato gerou críticas de Nicolas Sarkozy, governante francês à época. A Itália estava passando o problema sem a gestão que a UE desejava.

Em 2013, o número de pedidos de asilos na Europa foi bastante elevado. Segundo (LOPES, 2021), um ano antes do estouro da crise migratória, foram registrados em torno de 430 000 pedidos de asilo, demonstrando uma forte tendência de crescimento nos fluxos migratórios para a Europa. Essa informação não foi aproveitada pela UE que não soube observar a conjuntura para antecipar o que estava por vir.

É então que a Frontex participa ativamente do trato da questão migratória. A UE, pressionada, passa a movimentar sua agência de fronteiras no sentido de proteger os interesses do bloco. A partir daí, a concepção neorrealista mencionada no capítulo anterior é evidenciada. Segundo (MONTILHA DA SILVA, 2021), observa-se que a agência aplicou uma lógica combativa para prevenir o contrabando, o tráfico de seres humanos, o terrorismo e aos crimes transnacionais, deixando de lado a segurança de migrantes e requerentes de asilo da região. A esta barreira erguida em torno da UE restaram poucas oportunidades para as migrações regulares, forçando as pessoas a situações de vulnerabilidade, o que gerou a procura de caminhos alternativos para o ingresso no espaço Schengen, ou seja, a imigração ilegal.

Alguns países da União Europeia estavam atentos ao que acontecia durante a consolidação da nova Ordem Mundial que vigorava desde os anos 1990. Segundo (LOPES, 2021) a modernidade e a profunda reconfiguração da ordem mundial fizeram emergir novos riscos, como o aumento do número de atores não estatais, a globalização e os processos de democratização que acarretaram uma enorme dificuldade em discernir a origem da ameaça.

Em conformidade com (LOPES, 2021) a separação entre a segurança interna e a externa ficou menos clara com o fenômeno da transnacionalização. A identificação de novos riscos e ameaças de segurança perpassa pelo desafios

transnacionais, tais como o crime organizado e o terrorismo, além da degradação climática e as migrações irregulares. Dessa maneira, esses problemas geraram uma abordagem que facilitou compreender a assertiva neorrealista de segurança nacional de uma realidade internacional anárquica, sendo o Estado possuidor dos mecanismos adequados para a proteção destes riscos emergentes, pois que esses apresentam consequências e interdependências globais.

A fim de se protegerem das migrações que ocorriam dentro do Espaço Schengen, países como França e Alemanha suspenderam temporariamente a vigência do acordo em 2012. Segundo (DA COSTA & VIEIRA, 2020), a supranacionalidade da UE foi enfraquecida no que tangia às questões migratórias definidas pelo Tratado de Lisboa, fazendo com que ministros do interior de diversos países europeus reivindicassem alterar as regras do Acordo de Schengen por causa dos fluxos migratórios. Logo depois, foram inseridos ao Acordo permissões para suspender temporariamente o fluxo e restabelecer o controle das fronteiras em caso de séria ameaça, porém, a previsão era, conforme (DA COSTA & VIEIRA, 2020) extremamente genérica e possibilitava o ensejo de um emprego de maneira arbitrária.

Como se observa em (DA COSTA & VIEIRA, 2020) o cenário dos novos planos da política migratória europeia continuaram para fazer face ao crescimento dos fluxos migratórios ainda mais intensos a partir de 2015, momento crucial para a crise. Para ilustrar melhor essa situação, DA COSTA & VIEIRA cita ATASSANOV; RADJENOVIC

A resposta elaborada e que vem sendo desenvolvida pela UE e seus Estados membros, desde esta data até a atualidade, baseia-se em três objetivos centrais: (i) a reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo; (ii) o reforço das fronteiras externas da UE; (iii) o reforço da cooperação externa da UE no tema migratório (ATASSANOV; RADJENOVIC, 2018 apud DA COSTA & VIEIRA, 2020, p. 143)

Todavia, uma das questões centrais continua sendo o regulamento de Dublin. Isso porque nele está prevista a responsabilidade pelo país de chegada em acolher o refugiado que ingressa no território europeu. Esse é o aspecto que promove a reação de países como Hungria, Itália e Grécia principalmente, pois gostariam de dividir os encargos de acolhimento, o que produziria mudanças no citado regulamento. Assim, “tal modificação é objeto de complexas discussões políticas,

uma vez que implica o compartilhamento da responsabilidade de receber refugiados entre os demais Estados membros, e muitos se recusam a recebê-los” (DA COSTA & VIEIRA, 2020, p. 143)

Outro importante instrumento político da UE foi o fortalecimento das estruturas de fronteira. Segundo (DA COSTA & VIEIRA, 2020) o surgimento de ataques terroristas esteve diretamente relacionado ao frágil controle existente nas fronteiras externas em que migrantes irregulares atravessaram de forma descontrolada, obrigando aos Estados membros a retomada de medidas de segurança em suas fronteiras. A partir disso, foi proposta a reforma do Acordo Schengen, com a validade de uma emenda em 2017, permeando aos Estados a condução, conforme DA COSTA & VIEIRA cita ATASSANOV; RADJENOVIC, de “checagens sistemáticas em todas as pessoas, inclusive naquelas que possuem o direito de livre circulação, como cidadãos europeus e seus familiares” (ATASSANOV; RADJENOVIC, 2018, p. 4, 14 apud DA COSTA & VIEIRA, 2020, p. 143)

Além do mais, outro fator político de peso foi o apelo para a cooperação regional. Desta maneira, a UE estabeleceu a assistência mútua em relação aos Estados repulsores, como por exemplo, a Tunísia, em que procura atacar as causas da migração no campo político-econômico. Com essa abordagem, a UE incentiva, por meio da parceria interestatal, mitigar a migração irregular, de modo que os Estados de origem combatam a atuação dos contrabandistas e traficantes de pessoas.

Portanto, a UE resolveu responder à “crise migratória” com o fechamento das fronteiras, culpando a migração como responsável pelos problemas socioeconômicos do continente. Com isso, fez aumentar barreiras à circulação dos cidadãos europeus, maiores prejudicados com essas medidas. Para que se tenha uma ideia, em 2018, entre os Estados que suspenderam e já retornaram, além daqueles em que o Acordo de Schengen permanece suspenso, “houve a retomada do controle das fronteiras internas por França, Áustria, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Polônia” (DA COSTA & VIEIRA, 2020, p. 144)

Um relevante impacto político para a União Europeia decorrente das ondas migratórias é o Euroceticismo. Este fenômeno não é recente e possui visões diferentes, porém concordantes em sua essência nos dois espectros mais polarizados do campo político, ou seja, tanto a esquerda quanto a direita possuem seus defensores. Ele traduz uma oposição ao esquema de integração supranacional

e é caracterizado pelo discurso populista de quem o defende. Geralmente, as motivações são econômicas, políticas ou identitárias, incorporando uma retórica calcada na democracia, na soberania nacional, na economia e na identidade nacional.

5.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DO CENÁRIO ATUAL

O cenário econômico europeu é de crise recorrente. Desde a Crise do Sistema Financeiro de 2008, a Europa ainda buscava recuperação de boa parte dos países. Portugal, Itália, Irlanda, Espanha e Grécia (PIIGS) foram seriamente afetados, necessitando de ajuda financeira para se restabelecerem. De uma maneira geral, estes países sofreram com o aumento do nível de desemprego, a diminuição da renda, a diminuição dos direitos dos trabalhadores e, com uma população envelhecida, muitos aposentados tiveram seus rendimentos reduzidos.

Como a crise chegou fortemente a estes países em 2011, foi exatamente neste período que começaram os fluxos de pessoas pelo continente europeu. A Grécia está incluída na rota Mediterrânica Leste, a Espanha está incluída na rota Mediterrânica Oeste, pelo estreito de Gibraltar, e a Itália se conecta pela rota Mediterrânica Central, uma das mais utilizadas por tunisianos e líbios que experimentaram a Primavera Árabe. A Grécia recebia os fluxos do Egito e, principalmente, da Síria, que sofria com a Guerra Civil Síria.

Ao cidadão comum europeu não foi possível separar o que era reflexo da Crise Financeira daquilo relativo a presença maciça de migrantes em suas cidades. Foi então que a Crise Migratória atingiu o seu ápice em 2015, elevando a pressão dos fluxos migratórios para a União Europeia. Desse modo, segundo (DA COSTA & VIEIRA, 2020) o aumento desses fluxos ao se combinar com a crise financeira, despertou o sentimento xenófobo e o euroceticismo, que sempre existiram, porém foram exacerbados. Não se pode ignorar o terrorismo que corria em paralelo como mencionado no capítulo 4. Não houve tempo para recuperação da UE.

Em particular para PIIGS, um dos problemas que mais gerou dificuldades foram as dívidas em relação à UE e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso requereu dos governos a chancela de compromissos com importante política de austeridade. Tais convenções despertaram ainda maior euroceticismo em parcela significativa da população destes países.

A maior parte dos cidadãos europeus passou a considerar a UE como a grande responsável pela crise econômica, ainda que as instituições europeias não possuam legitimidade para interferir em políticas fiscais, orçamentárias e sociais internas dos Estados. Isso levou a um crescimento do euroceticismo, com a ascensão de políticos eurocéticos (DA COSTA & VIEIRA, 2020, p. 150)

Esse era o cenário ideal para a manobra dos partidos de extrema direita que conseguiram aproveitar uma conjuntura conservadora a despontar na América, pois os EUA experimentavam a corrida eleitoral polarizada entre Donald Trump e Hillary Clinton durante boa parte do ano de 2016. Cabe destacar que as eleições norte-americanas impactam boa parte do Ocidente. Logo, o discurso populista de anti-imigração e nacionalista rendeu bons resultados em alguns países da Europa, como no caso húngaro em que a eleição de Viktor Orbán, em 2014, elegia o homem que apresentava soluções não alinhadas com a UE para resolver a problemática dos fluxos migratórios.

Esses discursos criticavam a UE que não era efetiva no controle da entrada dos migrantes, mas impunha obrigações aos Estados membros a respeito do tema. Portanto, apesar de diversas diferenças entre os partidos conservadores pela Europa, a oposição à imigração foi ponto comum entre quase a totalidade, gerando o apoio da população ao euroceticismo e aos instrumentos de anti-imigração.

Todavia, há impactos positivos a serem observados na circunstância de grandes volumes de migrantes. Segundo (MATIAS & GUIMARÃES, 2022) foi possível observar que grandes ondas de imigração contribuem para elevar a produção e a produtividade em economias desenvolvidas no curto e no médio prazo, apresentando ganhos para a economia desses países, o que não se repete de forma rápida ao analisar os fluxos migratórios nas economias em desenvolvimento. Vale destacar que o aumento na produtividade das economias possui relação direta com a migração voluntária, pois tratam-se, em maioria, de adultos em idade produtiva.

Nesse diapasão, cresce de importância para a UE o discernimento entre a migração regular voluntária das situações de crise, pois que os fluxos migratórios têm sido explorados de maneira inadequada por partidos políticos que exaltam o nacionalismo, o que prejudica o próprio continente que deixa de aproveitar talentos, enquanto colocam as migrações voluntárias e forçadas no mesmo escopo.

Outro aspecto positivo das migrações é que pode ocorrer o efeito contrário ao propagado pelos nacionalistas. O migrante costuma concorrer por posições de trabalho que os nativos não têm interesse em ocupar, já que tais vagas possuem remuneração mais baixa e oferecem poucas oportunidades de crescimento ou de carreira. Segundo (MATIAS & GUIMARÃES, 2022) assinala que a migração apresenta efeito impactante para a inovação e o empreendedorismo, assegurando aos nativos ascender a empregos de maior valor, o que gera o aumento de suas rendas médias per capita ao passo que os migrantes complementam a força de trabalho com outras habilidades. Os autores ainda acrescentam que uma ampliação no volume de remessas financeiras para o exterior fortalecem as receitas nos países de origem dos migrantes, o que poderia, de certa forma, compensar os efeitos negativos da migração.

Ademais, há estudos que indicam fatores positivos para as migrações ao se analisar o aspecto econômico após o migrante passar da condição de asilado para a de residente.

Observou-se que, de forma geral, os fluxos migratórios não deterioram o desempenho econômico ou o equilíbrio fiscal dos países anfitriões, ao contrário do que se imaginava, haja vista que o aumento nos gastos públicos induzido por requerentes de asilo é mais do que compensado por um aumento nas receitas fiscais líquidas de transferências. Nesse sentido, constatou-se que, à medida que os migrantes se tornam residentes permanentes, seus impactos macroeconômicos tornam-se positivos. (MATIAS & GUIMARÃES, 2022, p. 283)

Os fluxos migratórios podem impactar o PIB dos países europeus, mas o efeito imediato sobre esse indicador carece de um maior período de tempo para que se tenha um diagnóstico mais apurado. Segundo (MATIAS & GUIMARÃES, 2022) os efeitos sobre o PIB são de difícil mensuração porque parte dos refugiados permanece de forma definitiva, mas outra grande parte sofre o processo de repatriação voluntária ou por estímulo ao reassentamento em outras nações anfitriãs.

Por fim, é possível perceber que os fluxos migratórios geram impactos ao campo econômico da UE. Saber como proceder diante deste grande desafio permitirá colher bons resultados das migrações ou simplesmente abrir mão das habilidades e as contribuições que cada migrante seria capaz de trazer para os países anfitriões.

A experiência brasileira na Operação Acolhida, que recebe os refugiados e migrantes voluntários oriundos da crise humanitária venezuelana, poderia servir como um caso a ser estudado pela UE. Neste exitoso caso sul-americano há uma lógica clara de inclusão dos migrantes ao componente social brasileiro. Destaca-se que após a solicitação da condição de refugiado ao adentrar no Brasil, o migrante que desejar será interiorizado e seguirá para uma das cidades acolhedoras espalhadas pelo país, permitindo ao migrante o desempenho de atividades profissionais diversas. Logo, apreciadas as devidas adaptações para a realidade europeia, caberia à entidade supranacional da UE organizar os trabalhos, o que poderia mitigar os problemas políticos e econômicos que afetam o continente.

5.3 O CASO DO BREXIT

O BREXIT (*British Exit*) foi um processo iniciado em 2015 pelo qual o Reino Unido (RU) começou sua saída da UE. Segundo (DA COSTA & VIEIRA, 2020) isso ocorreu quando o primeiro-ministro britânico, David Cameron, decidiu realizar um referendo questionando os súditos da rainha Elizabeth II acerca da saída ou permanência do Reino Unido no bloco da UE. Este é o caso mais recente de desmembramento do esquema supranacional implementado pela UE e que aconteceu no RU com a ascensão do partido político de extrema direita United Kingdom Independence Party (UKIP).

(DA COSTA & VIEIRA, 2020) afirma ainda que o resultado do referendo foi favorável pela saída do RU com quase 52% de escolha dos britânicos. Dentre as razões que podem justificar a vitória do caminho de saída estão questões econômicas, mas o discurso populista ensejou políticas de anti-imigração. Essa retórica nacionalista encontrou raízes identitárias profundas do Reino Unido, que é um dos Estados membros em que o euroceticismo teve forte apelo.

Uma possível explicação para este euroceticismo depara-se com o fato de que o Império Britânico teria moldado o resto do mundo por três séculos seguidos. (DA COSTA & VIEIRA, 2020) justifica que o RU estabeleceu o maior império colonial espalhando-se por vários continentes e oceanos, além ter desenvolvido uma formidável habilidade política ao desvincular-se administrativamente de suas ex-colônias, mantendo laços simbólicos de lealdade por meio do Commonwealth.

Todavia, essas circunstâncias podem ter gerado um sentimento de superioridade dos britânicos em relação aos demais povos, até mesmo outros europeus.

(DA COSTA & VIEIRA, 2020) explica que isso criou uma barreira psicológica na participação britânica da integração europeia e, principalmente, ao ceder sua soberania para as instituições comunitárias, o que faria com que o RU perdesse sua influência. Assim, seria esta barreira responsável pela dificuldade de os britânicos enxergarem a si próprios como cidadãos da UE.

Seria possível culpar o discurso anti-imigração como o grande causador da ruptura do Reino Unido em relação ao bloco europeu. Todavia, isso seria temerário. É fato que essa narrativa permitiu a ascensão de um grupo contrário ao processo supranacional, mas o United Kingdom Independence Party (UKIP) aproveitou uma oportunidade e fez valer seu esforço. As pressões migratórias serviram como um pano de fundo do discurso e alcançaram mentes que nunca estiveram perfeitamente integradas ao restante do bloco, aproveitando-se do populismo. Vale destacar que o RU não abraçou a integração profundamente, justificando-se pela sua não participação no Acordo de Schengen, na PESC (Política Exterior de Segurança Comum) e na Zona do Euro.

Verifica-se que o Brexit trouxe consequências que fragilizaram o bloco europeu. (DA COSTA & VIEIRA, 2020) nos indica que o Reino Unido, como segunda maior economia, atrás apenas da Alemanha, além das vulnerabilidades econômicas óbvias, apresenta efeitos políticos, constitucionais e diplomáticos que podem se estender por quase dez anos. Acrescenta que outros efeitos jurídicos seriam a reavaliação de tratados firmados entre Reino Unido e a UE, bem como entre a UE e terceiros Estados. Não se pode ignorar possíveis causas indiretas de intensa fragmentação popular e uma possibilidade de novos focos de separatismo por toda a Europa.

Aliados a isso, as correntes nacionalistas ganham força em seus discursos propagando que os valores identitários se sobrepõem sobre uma concepção idealista de uma Europa supranacional forte. Estes nacionalismos destacam-se em países como a Hungria, de Viktor Orbán, a Polônia, de Mateusz Morawiecki, a Itália com o pujante Movimento 5 Estrelas, bem como um crescente eleitorado de Marine Le Pen, conservadora a ameaçar a rede socialista instalada na França. Não se pode ignorar a Rússia, nacionalista desde sempre e controlada por Vladimir Putin a partir de 1999, apresentando resistência obstinada ao esforço da OTAN (Organização do

Tratado do Atlântico Norte) em sua expansão ao leste europeu sobre países que estiveram sob os auspícios da URSS durante a Guerra Fria.

5.4 A PANDEMIA DA COVID-19 NA EUROPA

A COVID-19 (*Corona Virus Disease 2019*) surgiu em Wuhan, cidade chinesa em dezembro de 2019. Como nos indica (BECERRA et al., 2021) logo em seguida surgiram casos na Tailândia, Coreia do Sul e Estados Unidos da América. Ao início de fevereiro, países do sudeste asiático como Cingapura, Vietnã e Malásia reportam seus primeiros casos. Em seguida, França, Canadá e Alemanha alertam sobre casos suspeitos. A primeira onda, entre 13 e 23 de fevereiro, concentrou-se em países da Ásia. Japão e Coreia tiveram relativo sucesso no controle aplicando medidas de cerco epidemiológico, ao passo que o Vietnã e Cingapura optaram por quarentenas curtas de aproximadamente 20 dias e deflagradas ao final de março de 2020. A China desenvolveu quarentenas mais restritivas na região focal de Wuhan, o que trouxe aparente controle. A primeira onda atingiu também os Estados Unidos.

A segunda onda, entre 24 de fevereiro e 02 de março atingiu mais fortemente o Velho Continente, alcançando cerca de 20 países da Europa Ocidental e na Rússia. As facilidades no fluxo de pessoas da UE facilitou a propagação do vírus, estendendo-se aos países escandinavos. Destaca-se que a importância dada ao turismo e ao distanciamento social que foram pouco efetivos nos países mediterrânicos aceleraram o processo de dispersão da doença. Assim, o primeiro país a convulsionar foi a Itália, empregando uma quarentena de mais de dois meses na primeira quinzena de março conforme nos apresenta (BECERRA et al., 2021).

A partir daí, as evoluções da doença oscilaram até o surgimento dos imunizantes, para logo depois um amplo sistema de vacinação ser posto em prática e estimulado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). As variáveis do vírus exigiram grande esforço dos cientistas no desenvolvimento de um imunizante capaz de reagir a uma carga viral diferente e com uma eficácia aceitável.

As quarentenas mostraram-se pouco eficientes ao controle da difusão, pois serviam muito mais ao propósito de aliviar a pressão sobre as redes de saúde à beira do colapso, todavia trouxeram paralisias ao campo econômico e alavancaram o cenário pré-existente de crise. Quando começaram os efeitos discretos da recuperação econômica em relação às crises econômicas, a pandemia trouxe o

fantasma da recessão, do desemprego e combinada com uma situação sanitária apenas comparada ao visto um século antes, em 1918, com a gripe espanhola.

A União Europeia se restabelecia do baque das crises migratórias da década de 2010 quando irrompeu a questão da COVID-19. De acordo com (GAMA NETO, 2020), a pandemia cobrou a países como a Espanha, o Reino Unido, a Bélgica e a Itália um alto custo em vidas, enquanto suas economias pouco evoluíram, sendo que na Itália e na Espanha os sistemas de saúde colapsaram, exigindo o emprego de medidas de distanciamento social mais duradouras, tais como as quarentenas prolongadas que buscaram aliviar a pressão sobre as redes de saúde desses países.

Para que se tenha uma ideia dos danos causados pela pandemia ao campo econômico no mundo, basta observar alguns dados publicados na Revista Boletim da Conjuntura, em 2020:

A Organização Mundial do Comércio (OMC) estimou a redução do comércio internacional entre 13 a 32%, devido à pandemia. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizou um exercício de estimativa do impacto do COVID - 19 nas economias desenvolvidas e de mercados emergentes, em março, e estimou a queda do setor de serviços (principalmente aqueles intensivos em contatos pessoais como turismo, restaurantes, etc) e indústrias. De acordo com a instituição, estes setores representam em torno de 30 a 40% da atividade econômica dos países. Partindo da suposição de que aqueles setores sofram quedas entre 50 a 100%, o impacto sobre os PIB 's variaria entre 15 a 30%. Nos países com maior dependência da agricultura e extração mineral, os produtos internos teriam queda aproximada de 25% (GAMA NETO, 2020, p.119)

Os países europeus mais dependentes do turismo como a Itália, a Espanha e a Grécia foram seriamente afetados pela paralisação do setor aéreo de transportes. Isso porque segundo (GAMA NETO, 2020) o cancelamento de viagens e o fechamento das fronteiras inviabilizaram a indústria turística que foi responsável por cerca de 10% do PIB mundial no final da década de 2010, injetando aproximadamente 9 trilhões de dólares na economia e responsável por quase 320 milhões de empregos. (GAMA NETO, 2020) assinala ainda que ao se observar o cenário europeu para os países mais vocacionados para o turismo as perdas foram em fração do PIB na ordem de 11% na Espanha, 9% em Portugal, 7% na Grécia e na França, além de 6% na Itália.

Por fim, o maior peso da pandemia foi o agravamento das tensões entre os países que sofriam os efeitos dos fluxos migratórios e da crise financeira de 2008 que precisaram aperfeiçoar o controle das fronteiras no espaço da UE. De acordo com (GAMA NETO, 2020) a atitude dos membros da UE contra a pandemia expôs o quadro de divisão interna existente, escancarando problemas políticos internos do bloco. As fronteiras fecharam e o auxílio aos outros países do bloco foi negado. (GAMA NETO, 2020) apresenta que os governos espanhol e italiano teriam sido deixados à própria sorte, sem poder contar com o apoio regional. Isso permitiu que a República da China se apresentasse como potencial elemento de ajuda, enviando inclusive equipes de socorro médico para cooperar no quadro de colapso da rede de assistência. (GAMA NETO, 2020) aponta ainda a colaboração dos governos russo e cubano aos italianos, sendo que a Espanha recorreu à OTAN.

(GAMA NETO, 2020) apresenta que uma boa solução para os problemas econômicos na Europa seria o resgate do fundo europeu que é lastreado em eurobônus, de acordo com o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). A emissão desses bônus seria a mesma implementada na crise econômica mundial de 2008 e da crise da dívida pública, na Europa, em 2009. Todavia, (GAMA NETO, 2020) acrescenta que a questão complicadora seria os principais beneficiários da ajuda, isto é, os mesmos da crise anterior, com maior expressão para Espanha, Portugal, Itália e Grécia, produzindo enorme desconforto nas lideranças do norte do continente. Assim, houve até o bloqueio da ajuda econômica baseada no eurobônus por Alemanha, Áustria, Finlândia e Holanda, o que gerou ainda mais animosidade no ambiente político da Europa

5.5 A GUERRA DA UCRÂNIA

A Guerra da Ucrânia é o conflito entre a Federação Russa e a República da Ucrânia que acontece dentro do território ucraniano, mais especificamente, no leste do país em que a maioria da população é de origem russa. Trata-se de uma guerra pouco provável aos olhos dos observadores do Ocidente, mas deflagrada em fins de fevereiro de 2022.

A Europa voltou a conviver com uma Guerra nos padrões da II Guerra Mundial, ou seja, características marcantes das guerras de 3ª geração, em que se observa o emprego do poder militar em *strictu sensu*. Verificam-se cidades inteiras

devastadas em decorrência da aplicação do máximo poder dos fogos da artilharia de campanha e da artilharia naval, sem desmerecer os fogos aéreos de bombardeiros, helicópteros e, principalmente, os de extrema precisão realizados pelos drones, militarmente tratados como Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotados (SARP) ou UAV (*Unmanned Aerial Vehicle*).

Decorridos dez dias de conflito, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou que aproximadamente 1,2 milhão de pessoas eram refugiadas da Ucrânia, espalhando-se pelos países vizinhos. Após dois meses, esse número atingiu cerca de 5 milhões de pessoas, representando um total de 12% da população ucraniana. Os principais destinos são a Polônia, a Romênia, que depois da Polônia, é o país que mais recebe refugiados, a Hungria, a Moldávia e a Eslováquia. Estima-se que quase 90 mil pessoas por dia saíram da Ucrânia em direção a oeste, buscando segurança nesses países, em sua maioria, crianças, mulheres e idosos, agravando o cenário europeu.

De acordo com (BALTAR & BALTAR, 2022) os fluxos migratórios para os países do leste europeu estão muito acima, aproximadamente entre 2,5 e 3 vezes superior, atingindo até 8 vezes a mais para a Eslováquia. Os mesmos autores consideram, ainda, que quanto mais se prolongar a guerra, maior será o fluxo de deslocados forçados.

Por fim, constata-se que a União Europeia volta a se deparar com outra grande demanda migratória em um curto espaço de tempo. Depois de 2011, esta é a terceira grande onda, com um detalhe intrigante. Em todos esses eventos, a Hungria serviu como país de chegada de refugiados, não por acaso é o país que mais procede ao fechamento de fronteiras e onde Viktor Orbán, nacionalista euroceticista, foi eleito para um terceiro mandato.

Em face ao exposto, além da tragédia humanitária, o outro grande perdedor neste conflito é a UE. Embora aparente maior unidade em face à recente crise migratória, a organização que sai fortalecida é a OTAN. Isso evidencia-se por ser um organismo internacional com viés de colaboração militar, vocacionado para a segurança. No atual momento, em que a guerra é uma realidade, a necessidade de proteção diante da ameaça da Federação Russa parece premente em vez de uma organização comprometida com a cooperação entre os membros e na qual, o tema da segurança, nunca avançou como é o caso da União Europeia.

6 CONCLUSÃO

Como conclusão do presente estudo faz-se necessário um retorno ao problema proposto: em que medida os fluxos migratórios ocorridos para o continente europeu a partir de 2015 geram impactos nos campos político e econômico em relação à União Europeia e quais seriam as possíveis consequências destes impactos para o bloco?

Pois bem, como visto neste estudo, foi necessário entender a conjuntura da nova Ordem Mundial para compreender que os fluxos migratórios atuais apresentam as mesmas características de qualquer outro do passado. Isso significa que as pessoas deslocam-se de forma voluntária em busca de melhores condições de vida ou são forçadas ao deslocamento em decorrência de catástrofes naturais, perseguições políticas, étnicas ou religiosas, bem como em razão das guerras como sempre ocorreu. O que mudou foi a conjuntura em que estes eventos ocorrem. Fortemente influenciados pela maximização da vida em rede em que os fluxos de informações geram consequências para as decisões no nível político e estratégico. Aliado a isso, temos as facilidades atreladas pela globalização e a revolução tecnológica recente que impactou aos transportes e aos meios de comunicação.

A ascensão da China, após seu ingresso na Organização Mundial do Comércio em 2001, trouxe repercussões ao sistema da nova ordem internacional. Seu crescimento econômico, militar e político vertiginoso na primeira década dos anos 2000 acelerou o crescimento de outros países, entre eles o Brasil. Isso gerou uma nova ordem multipolar, acusando o declínio da importância norte-americana, em especial após os atentados de 2001 e da crise financeira originária da bolha imobiliária norte-americana de 2008.

Nesse cenário, novos atores internacionais, particularmente os operadores ilegais do sistema global como o crime organizado e o terrorismo, comprometem a segurança dos países. Esses atores se beneficiaram da abertura das fronteiras aos fluxos de capital, do sistema financeiro intrinsecamente conectado e de uma sociedade cada vez mais dividida, ansiosa e incompreensível para produzir verdadeiras fortunas.

O tráfico de drogas explorou muito bem os mercados norte-americano e europeu, enquanto o tráfico de armas soube explorar muito bem o excesso de mercadoria disponível depois que a bipolaridade deixou de existir, passando a

alimentar as guerras civis ou tribais na África e no Oriente Médio, onde souberam produzir riquezas.

Quanto ao terrorismo, este é comum ao ocidente e ao oriente, pois muitas ações terroristas ocorreram igualmente e com grande repercussão nos países do sul e sudeste asiáticos. Todavia, o que acontecia na Europa parecia minar toda a confiança na construção democrática estabelecida pela civilização ocidental. Os reflexos dos ataques com bombas, atiradores, arma branca ou até os atropelamentos que passaram a ser um *modus operandi* a trazer certa vantagem aos terroristas mexeu na confiança dos cidadãos europeus. Assim como aconteceu durante o conflito franco-argelino, em que a França teve que enfrentar este instrumento de intimidação ao final dos anos 1950, o país foi um dos mais atingidos pela nova onda de terror implementada pelo *jihadismo*, provocando medo não apenas naquele país, mas em outras grandes nações como a Espanha, o Reino Unido e a Alemanha, igualmente vitimadas pelo extremismo, o que traria consequências ao recebimento dos migrantes oriundos de regiões em que o islão é religião dominante, isto é, abriu espaço para a xenofobia.

Compreendida a ordem mundial afetada pelo que foi exposto, apresentaram-se os aspectos políticos e econômicos impactados pelos fluxos migratórios. Assim, um importante instrumento político da UE fortalecido foi o controle das estruturas de fronteira exatamente em decorrência do temor causado pelas ameaças terroristas. Para tal, a UE permitiu e foi compelida pelos Estados-nação que atribuíram cada um maior ou menor importância à questão das fronteiras. O Espaço Schengen, implementado nos anos 1980, passou por seus piores momentos quando os países suspenderam sua validade por determinado período de tempo. Tais medidas restringiram até a livre circulação do cidadão europeu.

Outro aspecto político para encontrar uma solução aos fluxos migratórios foi apelar para a cooperação internacional. A UE estabeleceu relações para o controle das migrações nos países de origem dos fluxos, tentando reter ou até mesmo repatriar os migrantes. As ações implementadas basearam-se no incentivo dos países repulsores em combater a atuação dos contrabandistas e traficantes de pessoas, focando as medidas na migração irregular.

No entanto, a medida política de fechamento de fronteiras que a UE não conseguiu evitar que seus Estados-membros colocassem em prática escancarou a

divisão interna do bloco. Os países de entrada culpavam a UE por não implementar medidas que contribuíssem na distribuição dos migrantes pela Europa, bem como as questões jurídicas relacionadas aos pedidos de asilo que geraram uma demanda insuportável aos países de chegada.

Neste cenário, as lideranças políticas exploraram estes eventos, despertando um euroceticismo quanto ao propósito do bloco europeu. Correntes nacionalistas fortaleceram seus discursos propagando que os valores identitários se sobrepõem sobre uma concepção idealista de uma Europa supranacional forte. Estes nacionalismos destacaram-se em países como a Hungria, de Viktor Orbán, a Polônia, de Mateusz Morawiecki, a Itália do Movimento 5 Estrelas, além do crescimento da linha conservadora de Marine Le Pen, na França. Assim, carregado de um viés nacionalista distorcido, uma aversão ao migrante latente, estes partidos cresceram em adesão e alcance nas estruturas políticas de países importantes como a Alemanha, a Itália, a França e o Reino Unido

Por outro lado, destaca-se que o Euroceticismo não é recente e possui visões diferentes na ótica tanto progressista quanto conservadora. Porém, as duas correntes concordam na essência deste fenômeno, o que o faz ser defendido por ambos. Em resumo, traduz uma oposição ao esquema de integração supranacional e é caracterizado pelo discurso populista de quem o defende. Geralmente, as motivações são econômicas, políticas ou identitárias, incorporando uma retórica calcada na democracia, na soberania nacional, na economia e na identidade nacional.

No que tange aos aspectos econômicos que os fluxos migratórios impactaram há negativos e positivos. Para o grupo de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha (PIIGS) que estavam endividados em razão dos acordos de austeridade para solucionar a crise financeira da 2008 e a crise da dívida europeia de 2009 os fluxos intensificaram o quadro de crise. Cabe destacar que neste grupo apenas Portugal e Irlanda não são países de chegada de migrantes, pois os demais receberam grandes fluxos populacionais e tiveram que lidar com eles ao passo que organizavam suas economias para atender as exigências dos compromissos a serem honrados com o FMI e com a UE.

Por outro lado, os aspectos positivos deveriam ser melhor explorados pela UE. Há estudos que apontam nas grandes ondas de imigração uma contribuição para elevação da produção e a produtividade nas economias desenvolvidas, o que é

o caso de boa parte dos países do Velho Continente. A migração voluntária é a principal responsável por esta condição, mas um grave problema na Europa que ameaça não aproveitar este potencial é que o cidadão comum desenvolveu certo preconceito ao mesmo tempo em que os Estados não conseguem mais separar a migração regular da irregular dado o volume e a complexidade com que elas ocorrem.

Vale destacar ainda como aspecto positivo das migrações algo que é diferente ao propagado pelo nacionalismo atuante em algumas nações europeias. O migrante, de uma maneira geral, aplica para posições de trabalho para as quais os nativos não têm interesse. Isso permite a esse público dedicar-se à inovação e ao empreendedorismo, assegurando a concorrência por empregos de melhor remuneração, além de aumentar suas rendas médias per capita, enquanto os migrantes completam a força de trabalho.

A respeito do Brexit foi possível identificar a fragilização do bloco europeu por ele provocada. Além das questões econômicas claras em decorrência da saída da segunda maior economia europeia, há o componente político que estimula a revisão das formas de adesão dos outros Estados-Membros, sem contar nos imbrólios jurídicos possíveis.

Como não poderia ser diferente, a pandemia gerou o agravamento das tensões entre os países ainda impactados pelos fluxos migratórios e pelas crises econômicas. A divisão interna dentro da UE ficou exposta no cenário da crise sanitária em que as fronteiras fecharam para outros Estados-membros, bem como negou-se o auxílio a outros países do bloco. Quem aproveitou a oportunidade de aumentar sua influência na Europa foi a China que prestou ajuda em recursos humanos e material para o continente.

Em um momento mais recente, a guerra da Ucrânia gerou outra tragédia humanitária, na qual quem também perdeu foi a União Europeia. Mesmo aparentando maior unidade no discurso em face aos fluxos de migrantes saindo da Ucrânia, quem mais se fortaleceu foi a OTAN. Isso porque até hoje a UE não conseguiu unificar o esforço na segurança, embora uma das principais razões deste insucesso seja a existência da própria OTAN.

Por fim, fica evidenciado um grande desafio ao bloco europeu em se manter firme diante dos eventos ocorridos em um período de tempo tão curto. No período em estudo, isto é de 2010 a 2022, verifica-se pelo menos duas fortes crises

econômicas, duas fortes crises humanitárias como resultado de diásporas populacionais, além de uma questão sanitária que impactou a economia de todo o mundo. Depois disso, novo fenômeno migratório em resultado da guerra no leste europeu.

De tudo que foi apresentado, os fluxos migratórios geraram as maiores adversidades ao ideal supranacional do bloco. Isto porque além das questões econômicas, foi capaz de provocar divisões no campo político que tornaram o Brexit uma realidade, bem como o interesse nacionalista em outros países de mais bem avaliar as vantagens de pertencer à UE. Destaca-se que durante a pandemia houve a disputa pela produção dos imunizantes em que o país que dependia de outro esteve em desvantagem, sem contar o período de guerra da Ucrânia em que a dependência energética da Europa em relação à Rússia escancarou a fragilidade das relações internacionais. Assim, parece ser o Estado-Nação a estrutura política que melhor responde aos desafios contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Belmiro. **Desafios no Século XXI: terrorismo islâmico e crime**. 2010. Tese de Doutorado. [sn].

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a História: história geral e do Brasil**. 13ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

BALTAR, Claudia Siqueira; BALTAR, Ronaldo. Conflito Rússia-Ucrânia e mais uma crise migratória. **Authorea Preprints**, 2022.

BRITO, T. (2021, January 26). *Paz de Vestfália: o marco das Relações Internacionais*. Politize! Retrieved May 31, 2022, from <https://www.politize.com.br/paz-de-Vestfália/>

Castro, S. d. (2017, dezembro 20). A origem do estado moderno em Maquiavel e Hobbes. *Sofia*, 6(2), 13-22. <https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/16673>

BUONANNO, Laurie. **The European migration crisis**. Palgrave Macmillan, London, 2017.

CASTRO, S. d. (2017, dezembro 20). A origem do estado moderno em Maquiavel e Hobbes. *Sofia*, 6(2), 13-22. <https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/16673>

CHICAÍZA BECERRA, Liliana; GARCÍA MOLIN, Mario; URREA, Iván Leonardo. Economia ou saúde? Uma análise global da pandemia COVID-19. **Revista de Economía Institucional**, v. 23, n. 44, p. 171-194, 2021.

COMISSÃO EUROPEIA, DIREÇÃO-GERAL DA COMUNICAÇÃO. (ano de publicação não divulgado). *Declaração Schuman, de maio de 1950*. European Union. Retrieved Junho 5, 2022, from https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59/schuman-declaration-may-1950_pt

DA COSTA, Vitória Volcato; VIEIRA, Luciane Klein. Nacionalismo, xenofobia e União Europeia: barreiras à livre circulação de pessoas e ameaças ao futuro do bloco europeu. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 64, n. 3, p. 133-160, 2020.

ELHAJJI, M. Comunidades diaspóricas e cidadania global: o papel do intercultural. **esferas**, v. 1, n. 3, 16 jul. 2014.

GAMA NETO, R. B. . IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 113–127, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3786698 . Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/134>. Acesso em: 5 jul. 2022.

GUIA DO ESTUDANTE. (2017, August 16). *JOHN LOCKE*. Guia do Estudante. Retrieved May 31, 2022, from <https://guiadoestudante.abril.com.br/especiais/john-locke/>

Hobbes, T. (1999). . *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Abril Cultural.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. In: Os pensadores: Hobbes. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

KISSINGER, H. (2015). *Ordem mundial* (C. Figueiredo, Trans.; 1ª ed.). Objetiva. <https://portalconservador.com/livros/Henry-Kissinger-Ordem-Mundial.pdf>

KOSHIBA, L., & Pereira, D. M. **História do Brasil no contexto da história ocidental**. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2003.

MATIAS, João Luís Nogueira; GUIMARÃES, Gabriel Braga. Os impactos econômicos positivos da migração na Europa: a oportunidade que não pode ser perdida. **Revista de Direito Internacional**, v. 19, n. 1, 2022.

MONTILHA DA SILVA, I. Deslocamentos contemporâneos e a utilização do fetichismo categórico migrante-refugiado na externalização da política migratória europeia: uma análise do fluxo migratório Tunísia-UE: Uma análise do fluxo migratório Tunísia - União Européia. **ÍANDÉ : Ciências e Humanidades**, v. 5, n. 2, p. 04-23, 31 dez. 2021.

REIS, L. F. P. d. (2022, February 1). *Guerra dos 30 anos: Entenda causas, fases e consequências!* Politize! Retrieved May 31, 2022, from <https://www.politize.com.br/guerra-dos-30-anos/>

STARLLES, W. (2021, March 5). *'Cortina de Ferro': como surgiu a expressão que iniciou a Guerra Fria*. Guia do Estudante. Retrieved Junho 5, 2022, from <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/cortina-de-ferro-como-surgiu-expressao-que-iniciou-a-guerra-fria/>